

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2024

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas - método indireto

Demonstrações dos valores adicionados individuais e consolidadas - informação suplementar

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Rio de Janeiro, 21 de março de 2025 - É com grande satisfação que a Rodovias do Brasil Holding S.A. (“Companhia”) submete para apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Padronizadas (“DFP”), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhados do relatório dos Auditores Independentes.

As informações a serem apresentadas estão expressas em milhares de reais (ou em unidades específicas, quando destacadas) e as devidas comparações são referentes ao quarto trimestre de 2024 (“4T24”) versus o quarto trimestre de 2023 (“4T23”), e aos exercícios de 2024 e de 2023.

1. Apresentação

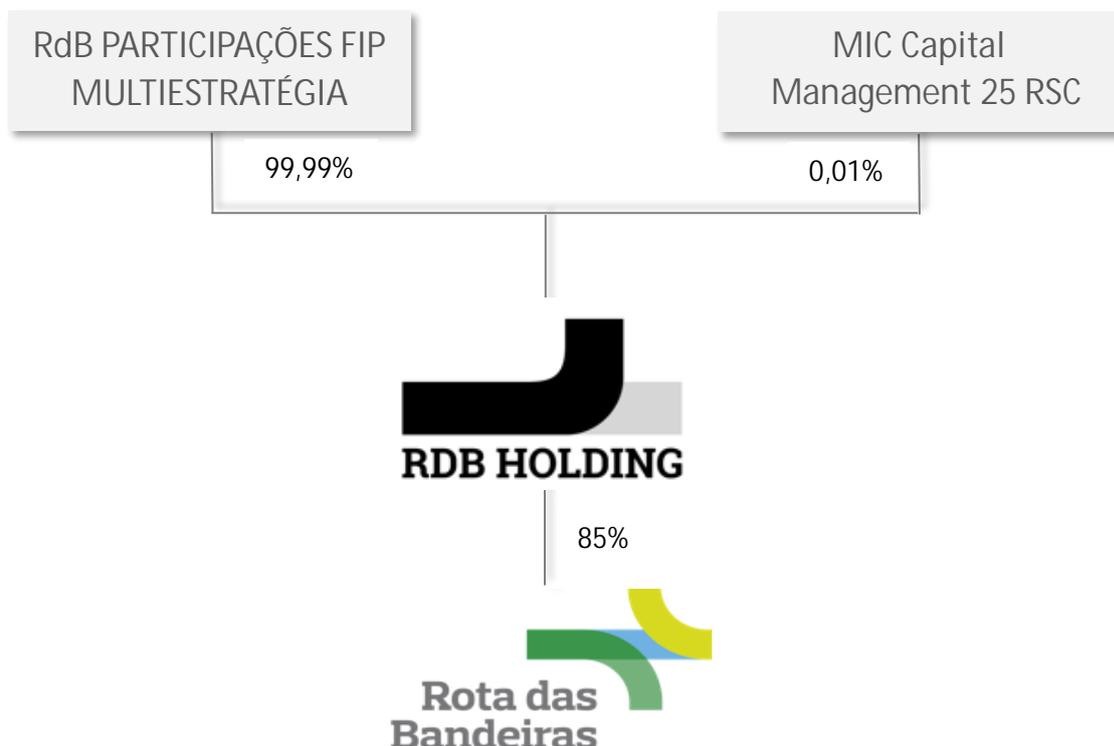
Histórico

A Companhia foi constituída 26 de fevereiro de 2021 e é uma sociedade anônima sendo regida por seu Estatuto Social e pela Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedade por Ações”). A Sociedade tem sede na Avenida Afrânio de Melo Franco, nº 290, sala 401 A, Leblon, Rio de Janeiro – RJ e tem como objeto social o investimento e participação societária em outras companhias.

As ações de emissão da Companhia são substancialmente detidas pela RdB Participações FIP Multiestratégia que detém 99,99% do capital da Companhia e MIC Capital Management 25 RSC que detém 0,01% do capital da Companhia.

Em 11 de maio de 2021 a Companhia decidiu investir na Concessionária Rotas das Bandeiras S.A. (“Controlada”). Desta forma, passou a ser acionista direta, passando a deter o equivalente a 85% do capital social da Controlada.

A Controlada passou a operar em 02 de abril de 2009, após a celebração do Termo de Contrato de Concessão nº 003/ARTESP/2009, ocorrida junto ao Estado de São Paulo, por intermédio da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) para a exploração da malha rodoviária estadual do Corredor Dom Pedro I.



A Companhia é uma sociedade holding, que tem por objeto a participação societária em outras empresas. Atualmente a única sociedade controlada da Companhia é a Concessionária Rota das Bandeiras S.A.. Nesse sentido, considerando a relação entre a Companhia e a Controlada, as informações apresentadas estão atreladas às atividades da Controlada.

Características do Projeto

O Corredor Dom Pedro I é formado pelas rodovias Dom Pedro I (SP-065), Professor Zeferino Vaz (SP-332), Engenheiro Constâncio Cintra (SP-360), Romildo Prado (SP-063), Anel Viário José Roberto Magalhães Teixeira (SP-083), Acesso Valinhos (SPA-122/065), Acesso Jundiaí (SPA-067/360), Acesso Barão Geraldo (SPA-114/332), Prolongamento da Rodovia Magalhães Teixeira (SP-083), via Perimetral de Itatiba (SPI-081/360) e SPI-084/066, além de outros segmentos de rodovias transversais, correspondendo a aproximadamente 297 quilômetros.

Os municípios que integram a área sob a concessão da Rota das Bandeiras são: Artur Nogueira, Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Campinas, Conchal, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Igaratá, Itatiba, Jacareí, Jarinu, Jundiaí, Louveira, Mogi Guaçu, Nazaré Paulista, Paulínia e Valinhos.

O Corredor Dom Pedro I possui interseção com as principais rodovias do Estado de São Paulo, como Presidente Dutra, Carvalho Pinto, Fernão Dias, Anhanguera e Bandeirantes, além de conectar importantes centros como a ligação do Vale do Paraíba com a Região Metropolitana de Campinas e o Circuito das Frutas, que apresentam grande desenvolvimento econômico e possuem fortes oportunidades de investimentos.

Características da Região

Os municípios que integram a área sob a concessão da Rota das Bandeiras apresentam PIB per capita crescente e, aproximadamente 2,2 vezes superior ao do Brasil, além de apresentar uma economia dinâmica e diversificada com forte presença de indústrias de ponta.

Além disso, os municípios no entorno do Corredor Dom Pedro I apresentam diversos incentivos fiscais a fim de atrair investimentos. Os municípios de Itatiba e Atibaia, por exemplo, oferecem isenção de IPTU, taxas municipais e taxa de licença de funcionamento às empresas que se instalarem ou ampliarem suas instalações nestas cidades.

Operação

A Concessionária Rota das Bandeiras possui 8 Postos de Serviço de Atendimento ao Usuário, 1 Área de Descanso para Caminhoneiros, 93 câmeras de monitoramento, 14 veículos de inspeção de tráfego, 7 ambulâncias e 1 UTI, 8 guinchos leves, 4 guinchos pesados, 2 caminhões de apreensão de animais, 2 caminhões pipa e 2 veículos de balança móvel. A Controlada conta com 65 profissionais de resgate, 85 operadores de tráfego, 15 operadores no Centro de Controle Operacional (CCO). Desta forma, foi possível realizar com agilidade e excelência, em média, 253 atendimentos por dia no quarto trimestre de 2024.

2. Destaques

EBITDA Ajustado (Consolidado): R\$ 956.964 mil atingidos no exercício de 2024.

CAPEX¹: R\$ 226.741 mil realizados em ampliação e manutenção no exercício de 2024. Investidos na execução de importantes obras como: (i) Conclusão dos serviços na Perimetral de Itatiba (SPI-081/360), (ii) Conclusão Faixa Adicional entre o km 74 ao 80 da SP-065, (iii) Conclusão da construção do Posto SAU no km 54+800 da SP-065, (iv) Conclusão das 3 Estradas Secundárias no km 5+520, 2 no km 89+090 e 3 no km 22+000 da SP-065, (v) Conclusão de melhoria de Interseção dos km 121 da SP-332, (vi) Conclusão Marginais da SP-332 km 121 ao 125, (vii) Continuidade Marginais da SP-332 km 114 ao 121, (viii) Continuidade de melhoria de Interseção dos km 116 e 119 da SP-332 e (ix) Continuidade das Estradas Secundárias no km 11+300, 11+355 e 37+020 da SP065.

¹ CAPEX não considera juros capitalizados.

3. Desempenho Econômico-Financeiro

Desempenho Econômico-Financeiro	Companhia		Consolidado	
	4T24	2024	4T24	2024
Receita Líquida Total	-	-	326.086	1.336.565
Receita Líquida Operacional	-	-	299.372	1.106.993
Receita Líquida Construção	-	-	26.714	229.572
Custos	-	-	(126.251)	(600.583)
Custos Operacionais	-	-	(99.804)	(373.307)
Custo de Construção	-	-	(26.447)	(227.276)
Lucro Bruto	-	-	199.835	735.982
Despesas	(257)	(1.259)	(12.470)	(38.435)
Outras Receitas/Despesas	-	-	1.897	7.825
Lucro Operacional	(257)	(1.259)	189.262	705.372
Equivalência Patrimonial	87.677	263.844	-	-
Resultado Financeiro Líquido	(39.937)	(116.263)	(135.255)	(433.175)
Resultado antes do IR/CSLL	47.483	146.322	54.007	272.197
IR/CSLL	-	-	8.949	(79.313)
Resultado Líquido	47.483	146.322	62.956	192.884
EBITDA Ajustado	(257)	(1.259)	259.139	956.964

No exercício de 2024, o consolidado de Receita Líquida Operacional totalizou R\$ 1.106.993 mil, enquanto o consolidado de EBITDA Ajustado apresentou resultado de R\$ 956.964 mil. Para o mesmo período, o consolidado de Custos totalizou R\$ 600.583 mil e o consolidado de Despesas, totalizou R\$ 38.435 mil.

Resultado Financeiro

A Companhia e sua Controlada apresentaram um Resultado Financeiro Líquido negativo de R\$ 433.174 mil, onde as Receitas Financeiras totalizaram R\$ 82.360 e as Despesas Financeiras alcançaram R\$ 515.534 mil no exercício de 2024.

Endividamento

Em 15 de novembro de 2019, a Controlada realizou a sua segunda emissão de Debêntures simples, em cinco séries, através de oferta pública, conforme Instrução CVM 400, de 2003. Foram distribuídas 2.167.482 (dois milhões, cento e sessenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e duas) debêntures, sendo 859.479 (oitocentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e setenta e nove) debêntures da Primeira Série, 700.000 (setecentos mil) debêntures da Segunda Série, 240.771 (duzentos e quarenta mil, setecentos e setenta e uma) debêntures da Terceira Série, 199.750 (cento e noventa e nove mil, setecentos e cinquenta) debêntures da Quinta Série e 167.482 (cento e sessenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e duas) debêntures da Sétima Série, nominativas e escritural, da espécie com garantia real, não conversíveis em ações e com o valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais), com vencimento final em 15 de julho de 2027 para as Debêntures de Segunda Série, e 15 de julho de 2034 para as demais Séries.

Em 11 de maio de 2021, a Companhia realizou a sua primeira emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, as quais serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, conforme instrução da CVM 476 de 2009. Foram emitidas 600.000 (seiscentas mil) Debêntures em série única e o valor total da emissão foi de R\$ 600.000 mil, o vencimento das Debêntures ocorrerá em 10 de maio de 2030. Conforme contrato de Swap com o banco BTG Pactual S/A, os parâmetros de atualização anulam o efeito do DI + 4,25% e a taxa passa a ser IPCA + 8,00% (com base em um ano de 252 dias úteis), com incorporação de juros até 10/11/2023.

Investimentos ²

Os investimentos em ampliação e manutenção realizados pela Controlada no 4T24 foram de R\$ 33.196 mil (R\$ 17.965 mil de ampliação e R\$ 15.231 mil de manutenção) e no exercício de 2024 totalizaram R\$ 226.741 mil (R\$ 183.768 mil de ampliação e R\$ 42.973 mil de manutenção), demonstrando sua responsabilidade e compromisso da Controlada com a segurança e bem-estar dos seus usuários, atingindo o montante de R\$ 4,2 bilhões já investidos desde o início da Concessão. As principais obras realizadas no 4T24 estão detalhadas abaixo:

- o Continuidade da implantação da Faixa Adicional entre o km 74+000 ao 88+150 da SP-065;
- o Conclusão das estradas secundárias do km 5+520 (500m), 5+520 (59,32m) e o ramo do km 5+662 (159,39m) da SP065;
- o Conclusão das estradas secundárias do km 89+090 (197,06m) e o km 89+090 (1.025,55m) da SP065;
- o Continuidade da estrada secundária do km 11+300 (272,18m) e o km 11+355 (285,92m) da SP065;
- o Continuidade da estrada secundária do km 37+020 (556,68m) da SP065;
- o Continuidade da Marginal entre os km 114+000 ao km 121+120 da SP-332;
- o Conclusão da Marginal entre os km 121+120 ao km 125+000 da SP-332;
- o Conclusão da Melhoria de Interseção do km 121+900 da SP-332;
- o Continuidade da Melhoria de Interseção do km 116+000 da SP-332;
- o Continuidade da Melhoria de Interseção do km 119+700 da SP-332;
- o Continuidade da implantação da Faixa Adicional entre o km 0 ao 12 da SP-083;
- o Melhorias em interseções da malha viária, visando maior fluidez do tráfego e segurança aos usuários;

² Não considera juros capitalizados.

- o Obras de recuperação especial de pavimento e melhorias com sinalização;
- o Obras de implantação de dispositivos de segurança, tais como: barreiras de concreto, defensas metálicas, atenuadores de impacto, dentre outros.

4. Informações sobre a Controlada

Indicadores Operacionais

A Controlada cumpriu todas as suas obrigações contratuais relativas aos indicadores operacionais, como Tempo de Atendimento Pré-Hospitalar, Tempo de Atendimento aos serviços de Guincho, Tempo de Atendimento mecânico, Tempo de Cobrança nas cabines de pedágio, entre outros.

No exercício 2024, foram realizados aproximadamente 92 mil socorros aos usuários ao longo da malha viária, compostos basicamente da seguinte forma:

- o 59,9% de serviços de inspeção;
- o 21,1% de serviços de guincho;
- o 13,4% de serviços mecânicos;
- o 4,7% de serviços pré-hospitalares;
- o 0,9% de serviços com caminhão pipa, apreensão de animais e apoio em geral.

Gestão de Pessoas

A Controlada utiliza ferramentas fundamentais na gestão de pessoas. A formação de pessoas nos ambientes de trabalho aliado ao treinamento contínuo reforça ainda mais a cultura empresarial da Controlada, assim como a orientação para a obtenção de resultados. Na base de tudo está a confiança nas pessoas, na sua capacidade de autodesenvolvimento e no desejo de realização profissional e pessoal. O modelo de gestão segue as melhores práticas de Compliance e estimula a equipe na partilha de resultados com base na contribuição de cada integrante. No trimestre findo em 31 de dezembro de 2024, a Controlada contava com um total de 657 (CLT e Jovem Aprendiz) integrantes em seu quadro.

Programa Jovem Aprendiz

A Controlada, em parceria com a Instituição Suporte Técnico e Pedagógico Especializado ("SENAI"), realiza o Programa Jovem Aprendiz, contratando jovens com o intuito de formar e qualificar profissionais de acordo com o programa legal de primeiro emprego. No trimestre findo em 31 de dezembro de 2024, a Controlada contava com 24 aprendizes em seu efetivo, sendo 1 jovem PCD.

Programa Pertencer

Desde 2014, a Controlada desenvolve uma série de ações com o objetivo de garantir a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Inicialmente chamado de Rota da Inclusão, o programa foi reestruturado, em setembro de 2022, para ampliar seu alcance e efetividade com a criação do Programa Pertencer, que foca na contratação de pessoas com deficiência para as mais diversas áreas da empresa e no trabalho de sensibilização e conscientização de todos os integrantes para lidar com as diferenças e experimentar uma convivência sadia no ambiente de trabalho. No trimestre findo em 31 de dezembro de 2024, a Controlada contava em seu quadro com 24 pessoas com deficiência, alocadas em diversas áreas.

5. Ambiental, Social e Governança Corporativa (“ASG”)

5.1 Ambiental

Para a Rota das Bandeiras, a administração de uma empresa com responsabilidade ambiental, deixou há tempos de ser uma tendência do mercado para se tornar um compromisso. No entanto, entendemos que não há compromisso sem atitude e, por isso, temos o orgulho de dizer que agimos, seja por meio de preservação e proteção do meio ambiente, seja na política interna com nossos integrantes.

Todas as atividades inerentes a Controlada, são previamente analisadas e quando necessário, são implantadas melhorias e/ou adequações em seus processos, com o intuito de garantir o cumprimento da legislação vigente, assim como, na mitigação dos impactos ambientais correlacionados com a operação das rodovias sob responsabilidade da Concessionária.

Todas as obras executadas pela Controlada de manutenção e ampliação, além de atender a legislação, contemplam com programas ambientais, os quais são desenvolvidos com intuito de propiciar a recuperação e recomposição da flora, assim como, ampliar o habitat para a fauna silvestre nas áreas circunvizinhas do Corredor Dom Pedro I. Quanto às atividades inerentes à operação, a equipe de gestão ambiental busca desenvolver e/ou implantar melhorias em seus processos que mitiguem riscos de impactos ambientais ou propiciem a diminuição do consumo de recursos naturais, com intuito de aumentar a qualidade dos serviços prestados aos usuários, sem onerar a Controlada ou descumprir as obrigações legais.

Preservação e Recuperação da flora

Desde que iniciou suas atividades para ampliação e modernização do Corredor Dom Pedro I, em 2009, a Controlada em cumprimento as obrigações dos licenciamentos ambientais, mantém um rigoroso programa de restauração ecológica, prioritariamente em áreas de preservação permanente e/ou que propiciem a formação de corredores ecológicos (conexão de fragmentos florestais), nas áreas circunvizinhas de sua malha viária, por meio do reflorestamento com árvores nativas. Por isso, em média cada árvore suprimida nas obras de modernização de nossas rodovias do Corredor Dom Pedro I, a Controlada planta 25 novas mudas. Já no caso de Áreas de Preservação Permanente (APP's), a compensação média é de uma área equivalente ao dobro daquela que foi suprimida. Assim, desde abril de 2009, mais de 512 mil árvores nativas foram plantadas e mantidas até que se formem fragmentos florestais autossustentáveis e consequentemente atestando o cumprimento das compensações pelos órgãos ambientais.

Respeito à Fauna

A Controlada monitora constantemente a malha viária e registra todas as ocorrências envolvendo fauna com intuito de adotar medidas que diminuam os riscos de atropelamentos e consequentemente ampliar a segurança dos usuários e dos animais que vivem às margens do Corredor Dom Pedro I. Além disso, em todos os projetos para ampliação ou implantação de novas rodovias no Corredor Dom Pedro I, a Rota das Bandeiras, prevê a construção de passagens de fauna, conforme a necessidade indicada nos estudos ambientais, além dos plantios compensatórios que quando possível, são realizados nos corredores de fauna, ampliando o habitat e conectividade da fauna existente, com o intuito de promover um habitat adequado de modo a diminuir a presença de fauna nas rodovias.

A Controlada desenvolveu o programa Censo Animal, para mitigar as ocorrências envolvendo fauna doméstica de grande porte (bovinos, equinos etc.), devido ao risco de acidentes, considerados graves, ocorrerem quando envolvem animais desta tipologia. O programa consiste no cadastramento das propriedades lindeiras às rodovias, assim como, dos animais de grande porte.

O programa tem como objetivo conscientizar os proprietários sobre a importância de manterem os animais devidamente confinados nos limites das propriedades, além de auxiliar na identificação para solicitação de reparo em cercas danificadas e possibilitar a devolução do animal apreendido para o proprietário.

Monitoramento de Focos de Incêndio

O Corredor Dom Pedro I se concentra em uma região com clima tropical de altitude, com invernos secos, que tornam a vegetação mais vulnerável ao risco de incêndios no período entre junho e agosto. Para mitigar este risco, em apoio a equipe de campo, a Concessionária Rota das Bandeiras utiliza 93 câmeras para monitoramento, através Centro de Controle Operacional, possibilitando o acionamento imediato de sua equipe que disponibiliza de 2 caminhões-pipa, para combater princípios de incêndios.

Adicionalmente, a Concessionária realiza medidas preventivas, como por exemplo, o recolhimento contínuo de resíduos, bem como a execução e manutenção de aceiros nos limites de toda a faixa de domínio. Estas medidas, caso ocorram focos de incêndio, possibilitam diminuir a propagação do fogo e, conseqüentemente, auxiliam a equipe no momento do combate ao fogo.

Monitoramento de Acidentes com Produtos Perigosos

Assim como no caso dos focos de incêndio, além da equipe de campo, as câmeras de seu Centro de Controle Operacional são utilizadas pela Rota das Bandeiras para identificar qualquer tipo de ocorrência, inclusive envolvendo cargas com produtos perigosos, onde o atendimento é realizado de acordo com as diretrizes do Plano de Atendimento à Emergências Químicas (PAE), desenvolvido para a malha viária do Corredor Dom Pedro I.

A Controlada também conta com os serviços, 24 horas por dia, de uma empresa especializada na contenção de cargas perigosas, promove simulados periódicos para o treinamento de suas equipes e capacita seus inspetores de tráfego para prestar o primeiro atendimento em caso de ocorrências com esse tipo de carga.

Gerenciamento de Resíduos Sólidos

O Sistema de Gestão Ambiental da Controlada possibilita o monitoramento da geração e destinação dos resíduos sólidos do Corredor Dom Pedro I. No 4º trimestre de 2024, foram recolhidos por mês em média 156,6 toneladas. Este trabalho também reflete a preocupação da Controlada com as questões ambientais, visto que a destinação adequada de resíduos possibilita seu reaproveitamento e/ou reciclagem, além de prolongar a vida útil dos aterros sanitários da região.

5.2 Social

Desde o início de suas atividades, a Controlada tem como um de seus pilares o cuidado em garantir a qualidade de vida de seus usuários e das comunidades que vivem nos municípios que margeiam o Corredor Dom Pedro I. Assim, a Controlada desenvolve programas e campanhas, principalmente relacionadas à educação para o trânsito e segurança viária, que atendem todos os 17 municípios do Corredor Dom Pedro I.

Seguem abaixo exemplos dos principais programas e campanhas realizados pela Controlada:

Rota da Educação

Lançado no segundo semestre de 2012, o Rota da Educação é o principal instrumento da Controlada para fomentar a discussão e aprendizado específicos sobre educação para o trânsito nas escolas municipais das 17 cidades que compõem o Corredor Dom Pedro I, especialmente aquelas próximas às rodovias ou que estejam inseridas em áreas urbanas mais movimentadas. O trabalho em sala de aula é realizado com crianças do 1º ao 5º ano, com idades entre 6 e 11 anos, e já beneficiou mais de 100 mil alunos desde o início de suas atividades.

Além disso, desde 2022 o Rota da Educação também contribui para a revitalização da sinalização no entorno das escolas que participam das atividades do programa, conforme cronograma alinhado com as secretarias de Educação dos municípios. Nesse sentido, dezenove escolas de Atibaia, Conchal, Cosmópolis, Igaratá, Itatiba, Jarinu e Nazaré Paulista já foram beneficiadas com a nova sinalização.

Campanha Inverno Solidário

Não são apenas os assuntos relacionados às rodovias que estão no prisma da equipe da Controlada. A Campanha Inverno Solidário, realizada anualmente, passou a ser motivo de orgulho de todos os integrantes, diretos e indiretos, que vêm garantindo o sucesso dessa iniciativa a partir da arrecadação de cobertores novos e peças de roupa, novas ou usadas. Todos os materiais arrecadados são distribuídos para a população em situação de vulnerabilidade das 17 cidades que integram o Corredor Dom Pedro I e, somente a partir de 2021, já foram distribuídos mais de 1.600 cobertores novos e mais de 8 mil peças de roupa.

Rota da Transformação

Criado em 2021, o Rota da Transformação é um programa que estimula ações de voluntariado dentro da Concessionária, visando a transformação de vidas, sejam dos próprios integrantes que participam das ações, sejam das pessoas por elas beneficiadas. Entre as atividades, estão a arrecadação de cestas básicas entre os integrantes para doação a famílias em situação de vulnerabilidade nos municípios do Corredor Dom Pedro I (foram 1.345 cestas doadas no biênio 2021-2022) e as ações trimestrais para doação de sangue, contribuindo com o Hemocentro da Unicamp. No Natal de 2024, a Concessionária realizou a ação Natal Solidária, com a arrecadação de fraldas geriátricas para doação ao Fundo Social de Solidariedade de Conchal.

Lacre Nota 10

Criada em 2018, a campanha “Lacre Nota 10” estimula a arrecadação de lacres de alumínio entre os integrantes da Controlada e alunos que participam das atividades do programa Rota da Educação para a troca por cadeiras de rodas, que são doadas para os fundos sociais de solidariedade dos municípios que integram o Corredor Dom Pedro I ou entidades assistenciais do trecho concedido que trabalham com pessoas com deficiência.

Para garantir a troca dos lacres por uma cadeira de rodas, são necessárias 140 garrafas pet de dois litros cheias de lacres. Desde o início da campanha, a Rota das Bandeiras já efetivou a doação de 41 cadeiras de rodas.

Incentivo ao Esporte

A Controlada também acredita no esporte como uma importante ferramenta para a transformação de vidas. Por isso, apoia o trabalho desenvolvido pela Associação de Pais e Amigos do Judô de Atibaia, a APAJA, que ministra aulas de judô a cerca de 1.000 alunos por mês, a maioria crianças e jovens carentes. E, desde 2019, também contribui com a Associação Paradesportista de Atibaia (APA), que desenvolve atividades de atletismo, natação e canoagem paralímpica com cerca de 120 atletas por mês.

O apoio é garantido por meio de uma lei municipal de Atibaia que autoriza o repasse de parte do ISS (Imposto Sobre Serviços) a projetos esportivos. A Rota das Bandeiras destina cerca de R\$ 110 mil mensais do ISS do pedágio diretamente às entidades.

Além de garantir a iniciação de crianças e jovens no esporte, o trabalho da APAJA também tem contribuído para a formação de atletas de alto rendimento, que participam de competições em todo o Brasil e até mesmo no exterior e acumulam convocações para a seleção brasileira.

5.3 Governança Corporativa

A Companhia adota práticas de governança corporativa alinhadas às melhores práticas do mercado, aplicadas na condução e gestão do negócio. Abaixo estão listadas as principais práticas adotadas.

Órgãos da Administração

A Governança Corporativa é um instrumento a serviço da estratégia de crescimento orgânico, sadio e continuado da Companhia.

Com a definição das instâncias de delegação, dos instrumentos para constantes alinhamentos e disciplina na condução da governança, há o estabelecimento e fortalecimento da confiança.

Exceto no que se refere às matérias de deliberação dos acionistas nos termos da Lei 6.404/76 e do Estatuto Social, a Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, conforme atribuições legais e estatutárias.

O Presidente do Conselho de Administração é eleito dentre os seus membros, sendo que ele terá o poder de indicar outro membro do Conselho para substituí-lo durante suas ausências temporárias.

A Diretoria da Companhia é formada por 2 (dois) diretores, os quais foram eleitos pelo Conselho de Administração, admitida a reeleição.

As atribuições que não são conferidas à Assembleia Geral ou Conselho de Administração competem aos diretores, os quais estão obrigados a prestar informações periódicas ao Conselho de Administração sobre o cumprimento do Plano de Negócios da Companhia.

Além dos órgãos estatutários e de governança, a Companhia conta com Comitê de Auditoria, Risco e Conformidade.

Além disso, a Companhia, por ser Companhia aberta e registrada na categoria B, está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários, o que inclui a obrigação anual de publicação no site da Companhia e no site da CVM.

6. Considerações Finais

Audidores Independentes

A Companhia, em atendimento às determinações da Instrução CVM 162/2022, informa que a BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda, empresa contratada para prestar serviços de auditoria, não prestou outros serviços que não fossem os relacionados a auditoria externa. Informa, também, que adota como política de atuação junto aos auditores independentes o atendimento as determinações legais e regulamentares que definem as restrições de serviços dos auditores independentes, de forma a evitar a existência de conflito de interesses e a preservar a independência do auditor.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, avaliamos sempre o conflito de interesses com outros serviços que não estão relacionados à auditoria, tomando por base o princípio da independência, ou seja, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais ou promover nossos interesses.

Declaração da diretoria

Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 e suas alterações, os Diretores declaram que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório da BDO RCS Auditores Independentes, emitido nesta data e com as devidas demonstrações contábeis padronizadas relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2024.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2025.

A Administração.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Rodovias do Brasil Holding S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Rodovias do Brasil Holding S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Rodovias do Brasil Holding S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria (PAA)

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Julgamos que não existem principais assuntos de auditoria a serem reportados em nosso relatório.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e de sua controlada, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato a governança da Companhia e ao seu correspondente órgão regulador.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossas opiniões. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

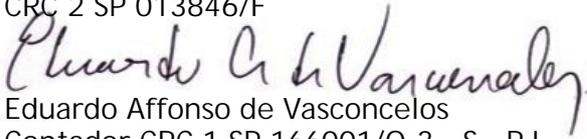
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/F


Eduardo Affonso de Vasconcelos
Contador CRC 1 SP 166001/O-3 - S - RJ

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.196	3.701	205.775	232.524	Fornecedores	13	74	70	33.934	245.346
Aplicações financeiras	7	-	-	368.067	40.841	Arrendamento mercantil	15	-	-	21.246	14.012
Contas a receber	8	-	-	85.525	77.992	Debêntures	14.1	38.706	17.662	751.603	298.254
Tributos a recuperar		34.211	7.712	62.435	14.371	Empréstimos	14.1	-	-	51.063	50.854
Despesas antecipadas		52	51	4.764	3.870	Salários e encargos sociais		6	6	11.938	12.203
Dividendos e JSCP a receber	9	75.574	-	-	-	Obrigações tributárias		8.274	15	33.194	10.207
Outros ativos		-	-	1.580	14.261	Imposto de renda e contribuição social		-	-	-	3.813
		111.033	11.464	728.146	383.859	Dividendos e JSCP a pagar		425	-	16.115	-
						Outros passivos		19	3	7.780	7.071
								47.504	17.756	926.873	641.760
Não circulante						Não circulante					
Aplicações financeiras	7	96.529	73.013	96.529	336.293	Fornecedores	13	-	-	12.224	23.411
Contas a receber	8	-	-	-	6.168	Empréstimos e financiamento - Debêntures	14.1	830.772	850.114	3.201.827	3.556.564
Depósitos judiciais	16.2	-	-	111.007	102.597	Instrumentos financeiros derivativos	14.2	31.361	-	31.361	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	49.821	76.127	Arrendamento mercantil	15	-	-	32.230	1.864
Instrumentos financeiros derivativos	14.2	-	11.690	-	11.690	Obrigações tributárias		-	-	1.484	1.137
Despesas antecipadas		-	-	352	993	Provisão para demandas judiciais	16.1	-	-	33.385	30.219
		96.529	84.703	257.709	533.868	Provisão de conserva especial	17	-	-	27.623	11.205
						Outros passivos		-	-	-	379
								862.133	850.114	3.340.134	3.624.779
Ativo de contrato	12.1	-	-	91.807	287.520	Patrimônio líquido					
Investimentos	11	936.514	876.244	-	-	Capital social	18 a)	928.270	928.270	928.270	928.270
Imobilizado		-	-	1.740	2.371	Reserva Legal	18 e)	4.322	-	4.322	-
Intangível	12.2	-	-	3.587.310	3.318.093	Transação de capital	18 c)	(763.852)	(763.852)	(763.852)	(763.852)
		936.514	876.244	3.680.857	3.607.984	Prejuízos Acumulados		-	(59.877)	-	(59.877)
						Reserva de lucros	18 f)	65.699	-	65.699	-
								234.439	104.541	234.439	104.541
						Participação de acionistas não controladores	-	-	-	165.266	154.631
								234.439	104.541	399.705	259.172
Total do ativo		1.144.076	972.411	4.666.712	4.525.711	Total do passivo e patrimônio líquido		1.144.076	972.411	4.666.712	4.525.711

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	19	-	-	1.336.565	1.262.232
Custo dos serviços prestados	20 a)	-	-	(600.583)	(624.970)
Lucro bruto		-	-	735.982	637.262
Receitas/(despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	20 b)	(1.259)	(1.410)	(38.435)	(28.473)
Resultado de equivalência patrimonial	11	263.844	185.477	-	-
Outras receitas e despesas, líquidas		-	-	7.824	1.475
Resultado operacional antes do resultado financeiro		262.585	184.067	705.371	610.264
Receitas financeiras	21	16.545	32.461	82.360	95.849
Despesas financeiras	21	(132.807)	(135.303)	(515.534)	(515.560)
Resultado financeiro, líquido		(116.262)	(102.842)	(433.174)	(419.711)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		146.323	81.225	272.197	190.553
Imposto de renda e Contribuição Social corrente e diferido	22	-	-	(79.313)	(76.597)
Lucro líquido do exercício		146.323	81.225	192.884	113.956
Atribuível aos:					
Acionistas controladores		-	-	146.323	81.225
Acionistas não controladores		-	-	46.561	32.731
Lucro/(prejuízo) básico e diluído por ação - R\$	18(b)	-	-	0,16	0,09

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	146.323	81.225	192.884	113.956
Resultado abrangente total do exercício	146.323	81.225	192.884	113.956
Atribuível aos:				
Acionistas controladores	-	-	146.323	81.225
Acionistas não controladores	-	-	46.561	32.731

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de Transação com os sócios	Reserva de lucros		Lucros/ (prejuízos) acumulados	Atribuídos aos acionistas da Companhia	Atribuídos aos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
			Reserva Legal	Reserva de retenção de lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2022	928.270	(763.852)	-	-	(140.850)	23.568	130.945	154.513
Ajuste IRPJ e CSLL sobre arrendamentos CPC 32 (R20)	-	-	-	-	(252)	(252)	(45)	(297)
Saldos em 1º de janeiro de 2023	928.270	(763.852)	-	-	(141.102)	23.316	130.900	154.216
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	81.225	81.225	32.731	113.956
Dividendos e JSCP dos não controladores	-	-	-	-	-	-	(9.000)	(9.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	928.270	(763.852)	-	-	(59.877)	104.541	154.631	259.172
Lucro líquido do período	-	-	-	-	146.323	146.323	46.561	192.884
Reserva legal	-	-	4.322	-	(4.322)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(16.425)	(16.425)	-	(16.425)
Dividendos e JSCP dos não controladores	-	-	-	-	-	-	(35.926)	(35.926)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	65.699	(65.699)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	928.270	(763.852)	4.322	65.699	-	234.439	165.266	399.705

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	146.323	81.225	272.197	190.553
Ajustes				
Depreciação e amortização	-	-	206.816	168.105
Equivalência Patrimonial	(263.844)	(185.477)	-	-
Perda na baixa do imobilizado e intangível	-	-	-	274
Provisão para conserva especial	-	-	51.730	59.925
Provisão para contingências	-	-	3.166	1.836
Margem de construção - ICPC 01	-	-	(2.296)	(3.009)
Receita diferida	-	-	338	(727)
Baixa líquida de arrendamento - CPC 06 (R2)	-	-	194	-
Capitalização de custo de empréstimos	-	-	(43.715)	(57.029)
Perda de arrecadação	-	-	6.222	51
Juros e variações monetárias, líquidas	105.115	98.511	495.739	489.266
	(12.406)	(5.741)	990.391	849.245
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	-	-	(7.512)	(19.377)
Tributos a recuperar	(8.076)	(50)	(29.640)	7.344
Imposto de renda retido sobre JSCP	-	2.295	-	2.295
Despesas pagas antecipadamente	(1)	(37)	1.643	282
Outros ativos	-	86	12.681	(12.564)
Outros passivos	16	3	16	3
Depósitos judiciais	-	-	(612)	447
Fornecedores	4	40	(26.066)	11.413
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	(265)	645
Tributos a pagar	8.259	(1.409)	6.185	(13.830)
Realização de pagamentos de provisão para conserva especial	-	-	(93.273)	(68.390)
Contas a pagar	-	-	(1.541)	(2.306)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas operações	(12.204)	(4.813)	852.007	755.207
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(63.617)	(39.407)
Juros pagos de empréstimos e debêntures	(130.131)	-	(366.436)	(251.162)
Caixa líquido gerado/(consumido) gerado pelas atividades operacionais	(142.335)	(4.813)	421.954	464.638
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações financeiras	-	-	48.248	-
Aquisições de bens do ativo imobilizado (Pagamentos)	-	-	(130)	(1.256)
Adições ao intangível (Pagamentos)	-	-	(330.013)	(210.797)
Recebimento de dividendos	80.750	-	-	-
Juros sobre capital próprio	28.828	56.355	-	-
Caixa líquido aplicado /gerado nas atividades de investimentos	109.578	56.355	(281.895)	(212.053)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e debêntures	-	-	50.000	50.000
Pagamentos de empréstimos e debêntures	-	-	(126.199)	(62.826)
Recebimento de derivativo (swap)	60.960	-	60.960	-
Aplicações financeiras - Conta Reserva Debêntures	(14.708)	(65.704)	(92.224)	(139.114)
Pagamento de arrendamento operacional	-	-	(23.110)	(16.828)
Pagamento de custos de transação	-	-	-	(708)
Dividendos pagos	(16.000)	16.354	(16.000)	-
Pagamento de juros sobre capital próprio	-	-	(5.985)	(11.700)
Pagamento de dividendos	-	-	(14.250)	(2.886)
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades de financiamento	30.252	(49.350)	(166.808)	(184.063)
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(2.505)	2.192	(26.749)	68.523
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.701	1.509	232.524	164.001
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.196	3.701	205.775	232.524
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(2.505)	2.192	(26.749)	68.523

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas	-	-	1.437.866	1.349.793
Receita bruta operacional de serviços	-	-	1.208.294	1.048.879
Receita de construção ICPC 01-R1	-	-	229.572	300.914
Insumos adquiridos de terceiros	-	-	(90.495)	(87.552)
Materiais, energia e outros	-	-	(227.276)	(297.905)
Custo de construção ICPC 01-R1	(843)	(1.005)	(54.803)	(42.625)
Serviços de terceiros e outros operacionais	-	-	-	-
Valor adicionado bruto	(843)	(1.005)	1.065.292	921.711
Depreciação e amortização	-	-	(206.816)	(168.105)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(843)	(1.005)	858.476	753.606
Valor adicionado recebido em transferência	-	-	-	-
Receitas financeiras	16.545	37.354	82.360	100.741
Equivalência patrimonial	263.844	185.477	-	-
Outros	-	-	7.871	1.539
Valor adicionado total a distribuir	279.546	221.826	948.707	855.886
Distribuição do valor adicionado	330	315	50.203	48.514
Remuneração direta	330	315	39.868	39.147
Benefícios	-	-	7.461	6.857
FGTS	-	-	2.874	2.510
Impostos, taxas e contribuições	85	4.983	188.718	177.021
Federais	85	4.982	129.222	125.735
Estaduais	-	-	131	140
Municipais	-	1	59.365	51.146
Remuneração de capitais de terceiros	132.808	135.303	516.902	516.395
Juros	132.808	135.303	515.520	515.537
Aluguéis	-	-	136	202
Outros	-	-	1.246	656
Remuneração de capitais próprios	146.323	81.225	192.884	113.956
Lucro do exercício atribuído aos acionistas da Controladora	146.323	81.225	146.323	81.225
Lucro do exercício atribuído aos acionistas não controladores	-	-	46.561	32.731
Valor adicionado distribuído	279.546	221.826	948.707	855.886

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Rodovias do Brasil Holding S.A. (“Companhia”, “Rodovias do Brasil” ou “Controladora”) e sua Controlada direta, Concessionária Rota das Bandeiras S.A., (“Concessionária”, “Controlada” ou em conjunto “Grupo”) são dedicadas primariamente às atividades de gestão e exploração de serviços rodoviários, regidos sob contratos de concessão exploração de serviços públicos.

A Rodovias do Brasil Holding S.A. foi constituída 26 de fevereiro de 2021 e é uma Sociedade Anônima, sendo regida por seu Estatuto Social e pela Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”). A Companhia tem Sede na Avenida Afrânio de Melo Franco, nº 290, Sala 401 A, Leblon, Rio de Janeiro - RJ e tem como objeto social o investimento e participação societária em outras companhias não financeiras, detendo ou não o controle do capital. 99,99% das ações de emissão da Companhia são detidas pelo RDB Participações Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“RDB FIP”), anteriormente denominado SCP 1355 Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Fundo SCP 1355”).

A constituição da Companhia se inseriu no âmbito de reorganização societária promovida pelo RDB FIP, destinada a aprimorar a estrutura de investimentos na Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (“Controlada”).

Em 27 de maio de 2019, a então controladora direta Odebrecht Rodovias S.A. (“ODBVias”), alienou o equivalente a 85% do Capital Social da Controlada para o RDB Participações Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“RDB FIP”), Fundo de Investimento constituído no Brasil, naquele momento gerido pela Farallon Capital Management LLC (“Farallon”) e Mubadala Investment Company (“Mubadala”).

No quarto trimestre de 2020, os Cotistas do RDB FIP tiveram sua estrutura societária alterada, de forma que os fundos geridos pela Mubadala passaram a deter a totalidade das participações anteriormente detidas, direta ou indiretamente, no RDB FIP pelos fundos geridos pela Farallon. Não obstante, cumpre salientar que a Mubadala já detinha participação majoritária nas entidades que investem no RDB FIP e que tal operação no âmbito dos investidores do RDB FIP não teve como efeito a alienação do controle indireto da Controlada.

Em 11 de maio de 2021, foi celebrado contrato de compra e venda de ações que alienou a totalidade da participação do RDB FIP no capital social da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. à Companhia. Desta forma, a Companhia, passou a ser acionista direta da Concessionária Rota das Bandeiras S.A., passando a deter o equivalente a 85% do Capital Social. Com isso, o RDB FIP deixou de deter participação direta na Concessionária Rota das Bandeiras S.A., sendo certo, contudo, que uma vez que a Companhia é controlada do RDB FIP, o RDB FIP permanece como controlador indireto da Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Considerando que o RDB FIP permanece na qualidade de controlador da Controlada, de forma indireta, a operação não resulta na efetiva alteração de controle da Controlada, de forma que não se aplica o previsto no artigo 254-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.").

Em 12 de novembro de 2021 foi deferido pela CVM o registro de emissor na Categoria "B" para a Companhia.

Concessionária Rota das Bandeiras S.A. ("Concessionária" ou "Controlada")

A Concessionária Rota das Bandeiras S.A. ("Controlada" ou "Concessionária"), com sede em Itatiba, São Paulo, é uma sociedade por ações, de capital aberto. Foi constituída em 09 de fevereiro de 2009, e iniciou suas operações em 03 de abril de 2009, tendo como objetivo exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do Sistema Rodoviário definido por Corredor Dom Pedro I, nos termos do contrato de concessão celebrado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP"), em 02 de abril de 2009, com prazo de 30 anos.

A Concessionária possui sete Termos Aditivos Modificativos ("TAM") com a ARTESP, sendo: (1º) firmado em dezembro de 2009, que altera a localização das praças de pedágio de Atibaia, Engenheiro Coelho, Igaratá, Louveira, Paulínia A e Paulínia B; (2º) firmado em março de 2011, estabelece a aprovação da 1ª Adequação do Cronograma de Investimentos da Concessionária com o reconhecimento do desequilíbrio da equação financeira do Contrato de Concessão nº 003/ARTESP/2009; (3º) firmado em setembro de 2014, referente à implantação do Projeto Piloto do Governo do Estado de São Paulo denominado Ponto a Ponto ("PaP") na Rodovia SP-332 no trecho entre o km 119 e km 159, além de fixar o local onde os pórticos foram instalados, também garante o reequilíbrio da perda de receita ocorrida pela implantação do PaP e seus investimentos com a implantação do projeto; (4º) firmado em setembro de 2016, referente à implantação do PaP na Rodovia SP-360, no trecho entre o km 61+900 e km 81+220; (5º) firmado em setembro de 2017, tem como objetivo a extensão do prazo de operação do Projeto PaP da Rodovia SP-332 entre o km 119 e km 159, para o mesmo prazo de término do contrato de concessão; (6º) firmado em dezembro de 2018, tem como objeto a extensão do prazo do Projeto PaP da Rodovia SP-360 entre o km 61+900 e km 81+220, para a mesma vigência do contrato de concessão; e (7º) firmado em agosto de 2023, teve como objetivo estabelecer a compensação de passivos e ativos regulatórios, disciplinar a duplicação de 1,8 km na SP-063 (trecho do DER) às expensas da Concessionária e prever a intenção de incluir no escopo do Contrato o investimento necessário para implantação de um novo dispositivo na Rodovia SP-063.

Existem discussões em curso com a ARTESP relacionadas a eventos que podem gerar novos desequilíbrios a favor ou contra a Concessionária.

Em 19 de maio de 2010, a Concessionária realizou o pedido de registro de companhia aberta para categoria "B" à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), motivada pela intenção de realizar oferta pública de distribuição de debêntures simples, não conversíveis em ações, de emissão da Companhia, para distribuição pública, nos termos da Instrução CVM nº 400.

O registro foi deferido em 30 de junho de 2010.

O pedido de registro de companhia aberta foi motivado em razão da intenção da Concessionária ampliar sua imagem institucional perante os seus investidores, credores, fornecedores, acionistas, funcionários, poder concedente e o mercado em geral, acessar e se consolidar no mercado de capitais brasileiro.

Em 04 de julho de 2024 a Agência de classificação de risco Fitch Ratings divulgou os Ratings Nacionais de Longo Prazo "AAA (bra)", com perspectiva estável, para as emissões de debêntures da Concessionária.

Capital circulante líquido negativo

A Controlada busca manter disponibilidades suficientes para honrar com seus compromissos de curto prazo, utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender suas necessidades de capital. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais, conta com empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras do país para complementar sua necessidade de caixa e faz negociações com seus fornecedores para ampliação dos prazos de pagamentos. Em 31 de dezembro de 2024 as demonstrações contábeis consolidadas apresentam um passivo circulante maior que o ativo circulante em R\$ 187.531 (R\$ 257.901 em 31 de dezembro de 2023).

Não há expectativa de a Controlada ter o capital circulante líquido positivo no curto prazo, entretanto não é um problema de liquidez, dado a capacidade de geração de caixa das atividades operacionais.

A Companhia de maneira isolada apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 74.725 e negativo de R\$ 6.292 em dezembro de 2023.

2. Base de apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas por sua Administração em 21 de março de 2025.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outro modo.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* - "IFRS"), emitidas pelo (*International Accounting Standards Board* - "IASB").

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com o disposto no IFRS 10 / CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas abrangem informações da Companhia e de sua Controlada.

Todas as informações contábeis individuais e consolidadas relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão e conforme do CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e Orientação Técnica OCPC 07 (R1) - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral.

O controle sobre uma investida é obtido quando a Companhia possui:

- i) Poder sobre a investida;
- ii) Exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- iii) A capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

A Controlada é consolidada a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir, utilizando práticas contábeis consistentes às adotadas pela Companhia.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto ativos financeiros avaliados a Valor Justo.

Assim, essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas incluem estimativas referentes à seleção de vidas úteis dos ativos imobilizado e intangível, sendo a amortização dos ativos intangíveis oriundos do direito de concessão da Controlada reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de demanda e de sua respectiva recuperação pelas operações, a avaliação dos instrumentos financeiros, a determinação do Imposto de Renda diferido e outras similares que, embora reflitam a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia e de sua Controlada direta. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.1. Resumo das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas a seguir:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são avaliados ao custo e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

b) Aplicações em títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras da Controlada encontram-se registrados ao Valor Justo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, limitados ao seu valor de realização.

c) Instrumentos financeiros

O CPC 48 (IFRS 9) estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros.

(i) Classificação e mensuração

A Companhia e sua Controlada classificam seus ativos financeiros e passivos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo Por Meio do Resultado (VJR). A classificação deve ser baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir:

- a) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais;
- b) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os passivos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado, exceto por:

- (a) Passivos financeiros ao Valor Justo Por Meio do Resultado;
- (b) Passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem em envolvimento contínuo for aplicável;
- (c) Contrato de garantia financeira;
- (d) Compromissos de conceder empréstimos com taxas de juros abaixo do mercado; e
- (e) A contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios a qual deve ser aplicado o CPC 15 (R1) / IFRS 3 - Combinação de negócios.

- (ii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e sua Controlada desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Controladora e sua Controlada transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia e sua Controlada desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia e sua Controlada também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a Valor Justo.

(i) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua Controlada tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) *Impairment* de ativos financeiros

Redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao Valor Justo Por Meio do Resultado, não contemplando investimentos em instrumentos patrimoniais.

d) Contas a receber

As contas a receber da Controlada são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias.

e) Custo na transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo de cada dívida com base no método de custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação.

f) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas da Controlada são compostas por prêmios de seguros a apropriar e licenças de *software*, avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro e da licença do *software*.

g) Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferidos

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período da Controlada compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a Renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que a renda estiver relacionada com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente; nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações contábeis. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o Imposto de Renda e de 9% para a Contribuição Social (Nota Explicativa nº 10).

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

h) Combinação de negócios e *goodwill sob controle comum*

O método de aquisição é aplicado para as transações em que ocorre a obtenção de controle. Combinações de negócios de entidades sob controle comum são contabilizadas pelo custo (valor contábil).

O referido método requer que os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos sejam mensurados pelo seu Valor Justo, com limitadas exceções.

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é mensurado pelo montante cuja soma:

- (i) Da contraprestação transferida em troca do controle da adquirida;
- (ii) Do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida;
- (iii) No caso de combinação de negócios realizada em estágios, do Valor Justo da participação do adquirente na adquirida imediatamente antes da combinação; excede o valor líquido dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos. Quando tal somatório for inferior ao valor líquido dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos, um ganho proveniente de compra vantajosa é reconhecido no resultado.

As mudanças de participações em controladas que não resultam em alteração de controle não são consideradas uma combinação de negócios e, portanto, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como transações de capital, pela diferença entre o preço pago/recebido, incluindo custos de transação diretamente relacionados, e o valor contábil da participação adquirida/vendida.

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

i) Base de consolidação

Controlada

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia e sua Controlada conforme Nota Explicativa nº 11.

A Controlada incluída na consolidação das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024, está listada a seguir:

Controladas	Principal atividade	UF	Participação em (%)	
			2024	2023
Concessionária Rota das Bandeiras S.A.	Concessionária	SP	85	85

A Controlada é consolidada de acordo com o percentual de participação a partir da data da sua aquisição (em 11 de maio de 2021), ou a partir da data em que a Companhia obteve o seu controle efetivo.

As demonstrações contábeis consolidadas são elaboradas com base nas demonstrações contábeis da Controlada, que utilizam as mesmas práticas contábeis em sua elaboração. O exercício social da Controlada coincide com o da Controladora. O processo de consolidação inclui os seguintes principais procedimentos:

- Eliminação dos saldos das contas a receber e contas a pagar mantidos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação dos investimentos, proporcionalmente à participação da Controladora nos patrimônios líquidos das Controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas;
- Eliminação de lucros não realizados decorrentes de transações entre as empresas consolidadas, quando relevantes.

j) Investimentos

A Controlada é a entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma Controlada, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas.

Os resultados e os ativos e passivos da Controlada são reconhecidos pelo Método de Equivalência Patrimonial.

k) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido das despesas de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os gastos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

As depreciações são calculadas pelo Método Linear, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão.

l) Ativos intangíveis

(i) Infraestrutura

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), item 17, mediante o qual são estimados o Valor Justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura.

O reconhecimento do Valor Justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio de projeção de curva de demanda estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

(ii) Software

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa incorridas do período.

(iii) Direito de outorga

Os gastos para exploração e desenvolvimento incorridos pela Controlada (direito de outorga) foram capitalizados e estão sendo amortizados pela curva de demanda de tráfego.

O direito de explorar a concessão foi reconhecido na Rubrica "Direito de outorga da concessão da Controlada", no ativo intangível (Nota Explicativa nº 12). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) estão registradas no passivo circulante.

O direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, sendo a amortização calculada pela curva de demanda utilizada como base nas projeções da Controlada durante o prazo de concessão.

m) Provisões

As provisões são reconhecidas quando:

- A Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado;
- É provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e
- O valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

(i) Provisão para manutenção

A Controlada reconheceu uma provisão para conserva especial (manutenção), decorrente dos gastos que serão incorridos com a manutenção da infraestrutura, para cumprir com as obrigações contratuais preestabelecidas no contrato de concessão, cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes.

(ii) Provisão para demandas judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis, regulatórias e tributárias) são reconhecidas quando:

- A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados;
- For provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- O valor tiver sido estimado com segurança (Nota Explicativa nº16).

n) Fornecedores

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo Valor Justo. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente de cada fornecedor, inclusive quando são partes relacionadas (Nota Explicativa nº 13).

o) Credor pela aquisição da concessão

Na Controlada é registrada a provisão mensal do ônus variável da concessão, referente aos serviços de regulação e fiscalização realizados pela ARTESP. Esse valor corresponde à alíquota de 1,5% sobre a receita bruta, exceto receita financeira, sendo liquidado mensalmente.

p) Empréstimos e financiamentos

Os recursos financeiros tomados por meio da emissão de debêntures e empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo Valor Justo, líquidos dos custos de transação.

Em seguida, os recursos financeiros tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), com base na taxa efetiva.

q) Demais passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

r) Receitas de contratos com clientes

(i) Receita de serviço

A Controlada adota o CPC 47 (IFRS15), o qual estabelece um modelo de cinco etapas aplicáveis sobre a receita de um contrato com cliente, a Controlada reconhece a receita quando:

- Identifica os contratos com os clientes;
- Identifica as diferentes obrigações do contrato;
- Determina o preço da transação;
- Aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos;
- Satisfaz todas as obrigações de desempenho.

As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao Valor Justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Controlada. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

(ii) Receita de construção

A receita de construção da Controlada é reconhecida de acordo com o CPC 47/ICPC 01 (R1) e OCP 05 à medida que todas as obrigações de desempenho são satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo de contrato (Nota explicativa nº 12), na qual a Controlada estima que o Valor Justo da contraprestação recebida ou a receber em virtude dos serviços prestados ou melhorias, seja equivalente aos custos de construção mais a incorporação da margem de lucro de 1%.

s) Ajuste a Valor Presente (AVP)

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O Ajuste a Valor Presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às informações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação da relevância, o Ajuste a Valor Presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

t) Lucro por ação

O Grupo efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

2.2 Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, não produziram impactos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.3 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis

O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos:

- O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período;
- Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a *covenants*, tais *covenants* afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o *covenant* existir no final do período do relatório ou antes dele;
- A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e
- No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial.

Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações contábeis desta Companhia.

b) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamento

Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 (Receita de Contrato com Cliente) para fins de contabilização como venda.

Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16/CPC 06 (R2), que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback* (relocação).

Antes das emendas, a IFRS 16/CPC 06 (R2) não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e *leaseback*, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário.

Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis da Companhia.

c) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1) - Acordos de financiamentos de fornecedores

Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7/CPC 03 (R2) Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7/CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (*reverse factoring*, *forfait* ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores.

Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis da Companhia.

2.4. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2024

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - Moeda não cambiável

Exige que a divulgação de informações permita aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável, afetando a situação financeira, os passivos e os fluxos de caixa da entidade - efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro 2025.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros

Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026.

Podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026.

c) IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 (R1) e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 - Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens.

Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma efetiva correlata ainda não foi emitida no Brasil, para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Companhia avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1/CPC 26 na classificação de seus passivos.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são revistas de maneira contínua e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 incluem, portanto, estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material, principalmente quanto à determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos de projeção de tráfego e a projeção para reconhecimento e realização de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos e outras similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados:

- a) Perda (*impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros: a Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento de perda que tenha impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não foram identificadas pela Administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para os ativos financeiros, quanto para os não financeiros;
- b) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), quando aplicável, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.
- c) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos: a recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado;
- d) Valor justo de instrumentos financeiros: o Valor Justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Administração usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- e) Reconhecimento de receita de construção: na apuração do Valor Justo da receita de infraestrutura a Administração utilizou o custo total incorrido, mais margem de lucro, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro, conforme interpretação técnica ICPC 01;
- f) Determinação da amortização dos ativos intangíveis: a Controlada reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão por meio da projeção de curva de demanda, limitado ao prazo final da respectiva concessão. A Administração reconhece que essa é a melhor estimativa para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais companhias do segmento.

4. Gestão de risco financeiro e capital

4.1. Gestão de risco financeiro

a) Considerações gerais

A Companhia e sua Controlada participam em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores, empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamento de riscos

A Companhia e sua Controlada estão expostas a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não terem caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia e sua Controlada adotam procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, por meio de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia e sua Controlada, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia e sua Controlada, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo, debêntures e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O excesso de caixa gerado pela Companhia e sua Controlada é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

Saldos em 31 de dezembro de 2024	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)
Fornecedores e outras obrigações (iii)	33.934	12.224	-	-
Empréstimos e debêntures (i)	1.064.438	620.495	1.868.100	3.009.766

Saldos em 31 de dezembro de 2023	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)
Fornecedores e outras obrigações (iii)	245.346	23.411	-	-
Empréstimos e debêntures (i)	485.582	935.089	1.709.225	3.510.741

- (i) Como os valores incluídos na tabela são fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para debênture e empréstimos;
- (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da Administração. Para mais detalhes veja a Nota Explicativa nº 14.1;
- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

d) Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

A Companhia apresenta a seguir os quadros de sensibilidade para o risco de taxas de juros a que está exposta, juntamente com sua Controlada, considerando que os eventuais efeitos temporais impactariam os resultados futuros tomando como base as exposições apresentadas em 31 de dezembro de 2024, sendo os efeitos no patrimônio basicamente os mesmos do resultado.

(i) Ativos financeiros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia e sua Controlada estavam expostas na data-base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base nos valores do CDI, extraídos das projeções do Banco Santander em 05 de janeiro de 2024, foi definido como cenário provável (cenário I). A partir dele, foram calculadas variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para cada cenário, foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações.

O quadro a seguir demonstra a projeção do efeito da variação das taxas de juros no resultado futuro de 12 meses e patrimônio líquido, considerando os saldos em 31 de dezembro de 2024.

Instrumento	Risco	Saldo em 31/12/2024	Consolidado					
			Cenário I Provável		Cenário II Adverso possível		Cenário III Adverso extremo	
			Taxa	Receita	Taxa	Receita	Taxa	Receita
Aplicações Financeiras	Redução no CDI	368.067	14,65%	53.911	10,99%	40.433	7,32%	26.956

(ii) Passivos financeiros

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador sobre as dívidas as quais a Companhia e sua Controlada estão expostas na data-base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos três cenários diferentes. Com base nas projeções do CDI e IPCA extraídos das projeções do Banco Santander e do Relatório Focus do BCB em 18 de outubro de 2024, foi definido o cenário provável (cenário I). A partir dele, foram calculadas variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III).

Os quadros a seguir demonstram a projeção do efeito da variação das taxas de juros no patrimônio líquido e no resultado futuro de 12 meses, considerando os saldos em 31 de dezembro de 2024:

Companhia

Instrumento	Risco	Saldo em 31/12/2024	Cenário I - Provável		Cenário II - Adverso possível		Cenário III - Adverso extremo	
			Taxa	Perda	Taxa	Perda	Taxa	Perda
Debêntures	Alta no CDI	17.162	14,65%	(2.514)	18,31%	(3.142)	21,97%	(3.771)

Controlada:

Instrumento	Risco	Saldo em 31/12/2024	Cenário I - Provável		Cenário II - Adverso possível		Cenário III - Adverso extremo	
			Taxa	Perda	Taxa	Perda	Taxa	Perda
Empréstimos	Alta no CDI	51.063	14,65%	(7.479)	18,31%	(9.349)	21,97%	(11.219)
Debêntures	Alta no CDI	163.550	14,65%	(23.955)	18,31%	(29.944)	21,97%	(35.933)
Debêntures	Alta no IPCA	573.707	5,00%	(28.685)	6,25%	(35.857)	7,5%	(43.028)

A Administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente das projeções dos indexadores das dívidas da Companhia e sua Controlada.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As operações desses instrumentos são realizadas pela Área de Tesouraria da Companhia e de sua Controlada, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela Diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Controlada. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação aos eventos futuros. A Administração da Companhia e a Controlada revisam regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

e) Exposição aos riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia e sua Controlada à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, nas quais a Companhia e sua Controlada ficam expostas ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela Administração como de primeira linha.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. Em 31 de dezembro de 2024, os montantes dos ativos financeiros que possuem classificação externa de créditos estão apresentados a seguir:

	31/12/2024 <u>Controladora</u>	31/12/2023 <u>Controladora</u>	31/12/2024 <u>Consolidado</u>	31/12/2023 <u>Consolidado</u>
Contrapartes sem classificação externa de crédito				
Contas a receber				
Pedágios	-	-	82.971	82.461
Receitas acessórias			2.544	1.699
	-	-	85.525	84.160
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa geral, fundo de troco e numerários em trânsito	-	-	1.978	2.502
Bancos conta movimento	52	24	19.036	14.151
	52	24	21.014	16.653
Total contrapartes sem classificação externa de crédito	<u>52</u>	<u>24</u>	<u>106.539</u>	<u>100.813</u>
Contrapartes com classificação externa de crédito				
Caixa e equivalentes de caixa (i)	1.144	3.677	184.761	215.867
Aplicações financeiras	96.529	73.017	464.596	377.138
Total contrapartes com classificação externa de crédito	<u>97.673</u>	<u>76.694</u>	<u>649.357</u>	<u>593.005</u>

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia e sua Controlada estão sujeitas à risco quanto a aplicação de recursos em instituições financeiras de mercado. A avaliação das instituições financeiras é realizada com base na análise do *rating*, conforme agências classificadoras de risco. O quadro a seguir demonstra os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Fitch, Moody's e Standard & Poor's, para as instituições financeiras com as quais a Companhia e sua Controlada mantinham operações em aberto em 31 de dezembro de 2024.

	Fitch	Moody's	Standard & Poor's
Banco do Brasil S.A.	AAA	AAA	BB ¹
Banco BTG Pactual S.A.	AAA	AAA	AAA
Banco Santander S.A.	-	AAA	AAA
Banco ABC do Brasil S.A.	AAA	AAA	AAA
XP Investimentos S.A.	AAA	-	AAA

¹ Rating global

- f) Caixa e equivalentes de caixa, aplicação financeira, contas a receber, outros ativos e passivos circulantes

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia e sua Controlada aproximam-se dos seus valores de realização.

- g) Empréstimos e financiamentos/debêntures

As cédulas de créditos bancários e as debêntures, classificados como passivos circulantes e não circulantes, têm seu valor contábil próximo ao valor de mercado.

4.2. Gestão de capital

A Companhia e sua Controlada monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), adicionando o efeito dos instrumentos derivativos e subtraindo do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicação em títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2024 e 2023, podem ser assim sumarizados:

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Empréstimos e financiamentos (nota 14.1)	869.478	867.776	4.004.493	3.574.226
Instrumentos financeiros derivativos (nota 14.2)	31.361	(11.690)	31.361	(11.690)
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	(1.196)	(3.701)	(205.775)	(232.524)
Aplicações financeiras (nota 7)	(96.529)	(73.013)	(464.596)	(377.134)
Dívida líquida	803.114	779.372	3.365.483	2.952.878
Total do patrimônio líquido	234.439	104.541	399.705	259.712
Total do capital próprio e de terceiros	1.037.553	883.913	3.765.188	3.252.891
Índice de alavancagem financeira - %	77%	88%	89%	92%

5. Instrumentos financeiros por categoria

Os ativos e passivos financeiros, por categoria, estão demonstrados a seguir:

	Ativos e Passivos mensurados ao custo amortizado		Ativos e Passivos mensurados ao custo amortizado	
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	1.196	3.701	205.775	232.520
Contas a receber	-	-	85.525	84.160
Total	1.196	3.701	291.300	316.680
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos e financiamento	869.478	867.776	4.004.493	3.574.226
Arrendamento mercantil operacional	-	-	53.476	17.897
Fornecedores	74	70	46.158	268.757
Total	869.552	867.846	4.104.127	3.860.880
	Ativos e Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado		Ativos e Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	
	Controladora	Controladora	Consolidado	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Aplicações financeiras	96.529	73.013	464.596	336.293
Instrumentos derivativos	-	11.690	-	11.690
Total	96.529	84.703	464.596	347.983
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Instrumentos derivativos	31.161	-	31.161	-
Total	31.161	-	31.161	-

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa Geral	-	-	5	5
Numerários em trânsito (i)	-	-	1.254	1.778
Fundo de Troco	-	-	719	719
Bancos conta movimento	52	24	19.036	14.151
Aplicações Financeiras (ii)	1.144	3.677	184.761	215.871
Total	1.196	3.701	205.775	232.524

- i. Recebimento em dinheiro da arrecadação de pedágios realizada nos últimos dias do período correspondente;
- ii. Referem-se aos Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e às operações compromissadas, remuneradas por taxas que variam entre 100% e 102% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Os prazos de resgate variam entre um e dois meses em média e possuem liquidez imediata garantida pelo emissor.

7. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações financeiras (i)	-	-	-	40.841
Aplicações financeiras (ii)	96.529	73.013	464.596	336.293
Total	96.529	73.013	464.596	377.134

Circulante	-	-	368.067	40.841
Não circulante	96.529	73.013	96.529	336.293

- (i) Em 31 de dezembro de 2024 não há saldo de aplicações financeiras (31 de dezembro de 2023 - R\$ 40.841) em razão da liquidação integral das operações com o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Fornecedores CRB ("FIDC" ou "Fundo"), referente a aquisições de 735 cotas subordinadas do Fundo efetuadas a partir de 29 de março de 2017, remuneradas à taxa de 100% do CDI.

O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado e tinha como objetivo fortalecer os fornecedores da Companhia, de modo a propiciar aos mesmos o recebimento antecipado das vendas e taxas mais atrativas, quando comparadas às de mercado. Era vetada a participação das empresas dos controladores do qual a Companhia faz parte como investidora e/ou sacada do Fundo. O Fundo tinha por objeto a valorização das suas cotas, através da aplicação de seus recursos na aquisição de direitos creditórios que os fornecedores detinham contra a Companhia, sendo o saldo residual de caixa aplicado em instituições de 1ª linha, devidamente verificados e validados conforme critérios de elegibilidade e a gestão deste Fundo ficava a cargo de uma administradora especializada.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (ii) A aplicação financeira vinculada da Controladora e Consolidado, refere-se à composição da conta pagamento atrelada à 1ª Emissão de Debêntures da Rodovias do Brasil Holding S.A., sendo que a Companhia deve depositar nessa conta recursos suficientes para atender ao Serviço da Dívida dos 12 meses subsequentes e a aplicação financeira vinculada (conta pagamento ODTR11) da Controlada, refere-se à composição da conta pagamento atrelada à 2ª Emissão das Debêntures CBAN. Conforme disposição contratual, a partir de 1º de janeiro de 2021, a Controlada deverá depositar parcelas mensais que sejam necessárias, para que em 15 de abril de 2025, a Conta Pagamento ODTR11 compreenda o montante mínimo suficiente para quitação integral das Debêntures ODTR11, incluindo o valor nominal unitário, remuneração e eventuais encargos moratórios e qualquer outro valor devido no âmbito da Debênture ODTR11. A remuneração média da aplicação financeira no Fundo DI Títulos Públicos Premium (Santander) foi de 98,54% do CDI, nos últimos 12 meses.

8. Contas a receber

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Automatic Vehicle Identification ("AVI") (i)	77.568	70.914
Vale pedágio (i)	3.384	9.667
Receitas acessórias	2.554	1.699
Cartões de Crédito e Débito	2.019	1.880
Total	<u>85.525</u>	<u>84.160</u>
Ativo circulante	85.525	77.992
Ativo não circulante	-	6.168

- (i) As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio.

Em 31 de julho de 2024 o saldo das contas a receber proveniente da Ação Civil Pública da Praça de Pedágio de Jundiaí (SP-360), no montante de R\$ 6.146, foi baixado para perda de arrecadação.

Em 31 de dezembro de 2024, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entendeu que não se fazia necessária a constituição de provisão para perdas esperadas sobre créditos de liquidação duvidosa das contas a receber.

9. Dividendos e JSCP a receber

Em 27 de março de 2024, por meio de Reunião Ordinária do Conselho da Controlada, foi aprovada com manifestação favorável a proposta de distribuição de dividendos intermediários aos acionistas, no montante de R\$ 60.000 (sessenta milhões), com pagamento efetivado em 29 de abril de 2024.

Em 25 de setembro de 2024, por meio de Reunião Ordinária do Conselho da Controlada, foi aprovada com manifestação favorável a proposta de distribuição de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 39.900 (trinta e nove milhões e novecentos mil), e de dividendos, no total de R\$ 35.000 (trinta e cinco milhões), ambos com o pagamento efetivado em 25 de outubro de 2024.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 11 de dezembro de 2024, por meio de Reunião Ordinária do Conselho da Controlada, foi aprovada com manifestação favorável a proposta de distribuição de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 104.600 (cento e quatro milhões e seiscentos mil) com o pagamento previsto para ocorrer durante o exercício de 2025.

A controladora tem saldo de dividendos a receber em 31 de dezembro de 2024 no valor de 75.574.

10. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (Consolidado)

Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Ativo não circulante		
Prejuízo fiscal e base negativa (i)	208.871	231.718
Provisão para contingências (i) (a)	11.351	10.275
Outras Provisões (i) (a)	387	400
Provisão para conserva especial (i)(a)	9.392	3.810
Participação nos lucros e resultados(i) (a)	2.084	2.059
Direito de Uso (IFRS 16)	17.203	5.434
Resultado diferido (CPC 47) (i) (a)	1.011	901
	<u>250.299</u>	<u>254.597</u>
Passivo não circulante		
Amortização da outorga (curva demanda)	60.989	60.910
Margem de construção	9.881	9.576
Encargos financeiros	194	511
Juros e encargos capitalizados	69.888	57.718
Ajuste de adoção inicial (art. 69 Lei nº. 12.973)	41.344	44.228
Passivo de Arrendamento (IFRS 16)	18.182	5.527
	<u>200.478</u>	<u>178.470</u>
	<u>31 de dezembro de 2024</u>	<u>31 de dezembro de 2023</u>
Tributos diferidos líquidos		
Tributos diferidos ativos	250.299	254.597
Tributos diferidos passivos	(200.478)	(178.470)
Total	<u>49.821</u>	<u>76.127</u>

A variação líquida em 31 de dezembro de 2024, quando comparada com o saldo em 31 de dezembro de 2023, relativa aos impostos diferidos totalizou uma redução de R\$ 26.306.

- (i) A expectativa da Administração da Controlada quanto à realização total dos créditos fiscais constituídos sobre os prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição, está prevista para ocorrer da seguinte forma:

Ano	Prejuízo fiscal e base negativa	Outros (a)	Compensação Total
2025	38.281	-	38.281
2026	52.388	-	52.388
2027	76.782	-	76.782
2028	41.420	-	41.420
	<u>208.871</u>	<u>41.428</u>	<u>250.299</u>

- a) Diferenças temporárias de provisão para PLR, contingências, conserva especial e outros resultados diferidos que sofrem movimentações constantes de adições e exclusões, durante todo o período da concessão.

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Como a base tributável do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro tributável que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Controlada e o resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Controlada.

11. Investimentos

No dia 11 de maio de 2021, o Fundo RDB Participações Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (RDB Participações) e a Rodovias do Brasil, realizaram contrato de compra e venda de ações no valor fixo e irrevogável de R\$ 1.510.069, no qual o Fundo vendeu a totalidade de sua participação societária (85%) na Controlada Concessionária Rota das Bandeiras S.A. para a Rodovias do Brasil Holding S.A.

Segue a movimentação do exercício:

	<u>Controladora</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	876.244
Equivalência patrimonial	263.844
Juros sobre capital próprio	(203.574)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>936.514</u>

O preço de aquisição foi definido por meio de laudo de avaliação independente realizado pela UHY Bendoraytes, tendo sido pago ao Fundo RDB Participações da seguinte forma: R\$ 583.000 em caixa e o montante remanescente no valor R\$ 927.070, foi convertido em aumento de capital. O aumento de capital ocorreu em 11 de maio e 14 de junho de 2021, nos montantes de R\$ 925.070 e R\$ 2.000, respectivamente. A seguir está apresentada a apuração do resultado da combinação de negócios por meio do confronto do valor pago e dos valores livro dos principais ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos em 30 de abril de 2021, data da combinação de negócios sob controle comum:

Descrição	30/04/2021
Ativo líquido adquirido	877.902
Parcela adquirida dos ativos líquidos	85,0%
Valor de livros na data de aquisição ajustado a participação	746.217
(-) Valor da contraprestação paga	(1.510.069)
Ágio na operação de combinação de negócios sob controle comum	<u>(763.852)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Ativo de contrato e intangível

12.1. Ativo de contrato (Consolidado)

O ativo de contrato (obras em andamento) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01(R1) - contratos da concessão, devem ser classificados como ativo de contrato durante o período de construção e transferidos para o ativo intangível, somente após a conclusão das obras.

	31 de dezembro de 2023 Custo	Adições	Consumo	Transferências de obra (i)	31 de dezembro de 2024 Líquido
Edifícios e instalações	16.316	21.985	-	(23.463)	14.838
Hardware equipamentos de pedágio	387	4.586	-	(1.488)	3.485
Demais melhorias e ampliações	164.458	131.547	-	(242.579)	53.426
Pontes e Viadutos	4	3.462	-	(3.466)	-
Desapropriações	25.842	13.689	-	(38.375)	1.156
Custos de empréstimos (ii)	69.570	44.156	-	(99.956)	13.770
Meio ambiente e elementos de segurança	2.446	1.012	-	(249)	3.209
Estoque de Material de Obras	8.497	891	(7.465)	-	1.923
	<u>287.520</u>	<u>221.328</u>	<u>(7.465)</u>	<u>(409.576)</u>	<u>91.807</u>
	31 de dezembro de 2022 Custo	Adições	Consumo	Transferências de obra (i)	31 de dezembro de 2023 Líquido
Edifícios e instalações	43.266	45.982	-	(72.932)	16.316
Hardware equipamentos de pedágio	7.848	985	-	(7.345)	387
Demais melhorias e ampliações	167.268	145.748	-	(149.655)	164.458
Pontes e Viadutos	3.060	24.840	-	(27.900)	4
Desapropriações	59.509	21.134	-	(54.801)	25.842
Custos de empréstimos (ii)	58.783	57.605	-	(46.818)	69.570
Meio ambiente e elementos de segurança	6.490	3.892	-	(7.936)	2.446
	-	-	-	-	-
Estoque de Material de Obras	11.360	-	(2.863)	-	8.497
	<u>357.584</u>	<u>300.186</u>	<u>(2.863)</u>	<u>(367.387)</u>	<u>287.520</u>

(i) Obras em concluídas transferidas de ativo de contrato para ativo intangível;

(ii) Capitalização de juros e encargos sobre debêntures, utilizadas para ampliação e melhorias do Corredor Dom Pedro I.

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As adições do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 referem-se a ampliações e melhorias do Corredor Dom Pedro I. Os principais investimentos realizados foram: Perimetral de Itatiba (SP-360), marginais Km 121+120 ao Km 125 (SP-332), Interseção Km 116+000 (SP-332), marginal km 89+090S (SP 065) e faixa adicional Km 74 ao 88+150 (SP-065).

12.2. Intangível (Consolidado)

a) Composição

	Custo	Amortização Acumulada	31 de dezembro de 2024 Líquido	31 de dezembro de 2023 Líquido
Intangível em infraestrutura (i)				
Edifícios e instalações	726.172	(180.768)	545.404	551.902
Pavimentações	585.706	(502.713)	82.993	87.515
Hardware equipamentos de pedágio	102.824	(34.010)	68.814	71.062
Demais melhorias e ampliações	1.665.551	(295.119)	1.370.432	1.191.878
Desapropriações	357.513	(75.637)	281.876	257.876
Custos de empréstimos	206.769	(12.909)	193.860	101.906
Máquinas e equipamentos	3.733	(3.026)	707	967
Móveis e utensílios	2.070	(1.437)	633	794
Veículos	15.139	(5.822)	9.317	1.677
Meio ambiente e elementos de segurança	226.881	(61.985)	164.896	173.466
	3.892.358	(1.173.426)	2.718.932	2.439.043
Outros intangíveis				
Direito de outorga da concessão (ii)	1.337.239	(520.412)	816.827	861.330
Direito de uso (iii)	96.701	(46.103)	50.598	15.981
Softwares adquiridos de terceiros (*) (iv)	6.140	(5.187)	953	1.739
	1.440.080	(571.702)	868.378	879.050
	5.332.438	(1.745.128)	3.587.310	3.318.093

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(*) A taxa utilizada para amortização de softwares adquiridos de terceiros é de 20% a.a.

	Custo	Amortização Acumulada	31 de dezembro de 2023 Líquido	31 de dezembro de 2022 Líquido
Intangível em infraestrutura (i)				
Edifícios e instalações	703.545	(151.643)	551.902	483.577
Pavimentações	585.706	(498.191)	87.515	91.826
Hardware equipamentos de pedágio	101.370	(30.308)	71.062	67.018
Demais melhorias e ampliações	1.418.791	(226.913)	1.191.878	1.086.458
Desapropriações	319.139	(61.263)	257.876	214.930
Custos de empréstimos	106.812	(4.906)	101.906	58.359
Máquinas e equipamentos	3.747	(2.780)	967	1.405
Móveis e utensílios	2.018	(1.224)	794	996
Veículos	7.970	(6.293)	1.677	2.353
Meio ambiente e elementos de segurança	226.478	(53.012)	173.466	173.453
	3.475.576	(1.036.533)	2.439.043	2.180.375
Outros intangíveis				
Direito de outorga da concessão (ii)	1.337.238	(475.908)	861.330	903.759
Direito de uso (iii)	40.218	(24.237)	15.981	24.003
Softwares adquiridos de terceiros (*) (iv)	6.060	(4.321)	1.739	2.416
	1.383.516	(504.466)	879.050	930.178
	4.859.092	(1.540.999)	3.318.093	3.110.553

(*) A taxa utilizada para amortização de softwares adquiridos de terceiros é de 20% a.a.

(i) Intangível - infraestrutura

Referem-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão. A amortização é calculada no modelo de projeção da curva de demanda visando variáveis econômicas para o tráfego nas rodovias sob sua concessão considerando o potencial aumento e/ou volume de tráfego nas praças de pedágio, às quais estão limitadas ao prazo da concessão, e reconhecida no resultado. Periodicamente as projeções de tráfego são revisadas de acordo com as expectativas macroeconômicas.

As adições do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 referem-se à ampliação e melhorias do Corredor Dom Pedro I. O montante do custo está majorado pela margem de construção de 1% e foi estimada, conforme orientação contida na Interpretação ICPC 01(R1) e OCPC 05.

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Direito de outorga da concessão

Direito de outorga corresponde à obtenção de concessão para exploração do Sistema Rodoviário. No reconhecimento inicial, o montante da Outorga Fixa foi ajustado ao valor presente, considerando uma taxa de desconto de 8% a.a. A amortização da outorga é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão.

O contrato de concessão representa um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação, por um período por ele estabelecido em cada contrato.

(iii) Direito de uso

O direito de uso corresponde a alteração exigida pelo CPC 06 (R2) / IFRS 16, a qual submete ao arrendatário o reconhecimento do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, sobre os contratos de arrendamento operacional.

(iv) Softwares adquiridos de terceiros

Os softwares correspondem aos sistemas operacionais adquiridos pela Controlada e são amortizados pelo método linear, alocados no resultado do exercício.

b) Movimentação

	Infraestrutura	Direito de outorga	Software, direitos de uso e outros	Direito de uso de arrendamento	Total
Custo	3.475.576	1.337.238	6.060	40.218	4.859.092
Amortização acumulada	(1.036.533)	(475.908)	(4.321)	(24.237)	(1.540.999)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.439.043	861.330	1.739	15.981	3.318.093
Adições	9.135	-	80	56.484	65.699
Transferências de obras (i)	409.576	-	-	-	409.576
Baixa de custo histórico (ii)	(1.929)	-	-	-	(1.929)
Baixa de amortização (ii)	1.929	-	-	-	1.929
Amortização	(138.822)	(44.503)	(866)	(21.867)	(206.058)
Saldo contábil	2.718.932	816.827	953	50.598	3.587.310
Custo	3.892.358	1.337.238	6.140	96.702	5.332.438
Amortização acumulada	(1.173.426)	(520.411)	(5.187)	(46.104)	(1.745.128)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.718.932	816.827	953	50.598	3.587.310

(i) Obras concluídas transferidas de ativo de contrato para o ativo intangível, conforme Nota Explicativa no 12;

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Baixa de custo e amortização histórica por venda de veículos.

	Infraestrutura	Direito de outorga	Software, direitos de uso e outros	Direito de uso de arrendamento	Total
Custo	3.107.915	1.337.238	5.902	34.463	4.485.518
Amortização acumulada	(927.540)	(433.479)	(3.486)	(10.460)	(1.374.965)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.180.375	903.759	2.416	24.003	3.110.553
Adições	727	-	158	6.697	7.582
Transferências de obras (i)	367.387	-	-	-	367.387
Baixas, líquidas de depreciação	-	-	(92)	-	(92)
Baixa de custo histórico (ii)	-	-	-	(942)	(942)
Baixa de amortização (ii)	-	-	-	942	942
Amortização	(109.354)	(42.429)	(835)	(14.719)	(167.337)
Saldo contábil	2.439.135	861.330	1.647	15.981	3.318.093
Custo	3.476.029	1.337.238	6.060	40.218	4.859.545
Amortização acumulada	(1.036.894)	(475.908)	(4.413)	(24.237)	(1.541.452)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.439.135	861.330	1.647	15.981	3.318.093

- (i) Obras concluídas transferidas de ativo de contrato para ativo intangível, conforme Nota Explicativa nº 12;
(ii) Baixa de custo e amortização histórica por encerramento de contrato de arrendamento.

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Direito de uso de arrendamento

	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Custo	1.272	32.220	6.725	40.217
Amortização acumulada	(918)	(19.743)	(3.575)	(24.236)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	354	12.477	3.150	15.981
Adições	877	53.797	-	54.787
Revisão de Contratos	28	1.086	583	1.697
Amortização	(198)	(18.686)	(2.983)	(21.867)
Saldo contábil	1.061	48.674	863	50.598
Custo	2.177	87.103	7.421	96.701
Amortização acumulada	(1.116)	(38.429)	(6.558)	(46.103)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.061	48.674	863	50.598

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 houve a renovação de um contrato de arrendamento de máquinas e equipamentos, no total de R\$ 53.639. Adicionalmente, outros contratos de menor expressividade do grupo de imóveis foram contraídos ou renovados.

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Custo	987	30.026	3.449	34.462
Amortização acumulada	(748)	(7.319)	(2.392)	(10.459)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	239	22.707	1.057	24.003
Adições	311	2.194	4.192	6.697
Baixa de custo histórico (i)	(26)	-	(916)	(942)
Baixa de amortização (i)	26	-	916	942
Amortização	(196)	(12.424)	(2.099)	(14.719)
Saldo contábil	354	12.477	3.150	15.981
Custo	1.272	32.220	6.725	40.218
Amortização acumulada	(918)	(19.743)	(3.575)	(24.237)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	354	12.477	3.150	15.981

(i) Baixa de custo e amortização histórica por encerramento de contrato de arrendamento.

Em 31 de dezembro de 2024, foram registrados no resultado do exercício os contratos de arrendamento mercantil de curto prazo e de baixo valor, não reconhecidos na mensuração do ativo e do respectivo passivo de arrendamento:

	31/12/2024	31/12/2023
Veículos	2	70
Máquinas e equipamentos	130	90
	<u>132</u>	<u>160</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Fornecedores

O saldo refere-se, substancialmente, aos contratos com diversos fornecedores e prestadores de serviços, os quais prestam serviços e fornecem materiais para operacionalização dos negócios da Companhia e sua Controlada:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
	Controladora	Controladora	Consolidado	Consolidado
Fornecedores nacionais	<u>74</u>	<u>70</u>	<u>46.158</u>	<u>268.757</u>
	<u>74</u>	<u>70</u>	<u>46.258</u>	<u>268.757</u>
Passivo circulante	74	70	33.934	245.346
Passivo não circulante	-	-	12224	23.411

Os fornecedores tinham a possibilidade de receber antecipadamente seus recebíveis junto a um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC"). Contudo, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7 (i), o saldo das operações equivalentes a estes contratos foi integralmente liquidado em 2024. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo era de R\$ 219.288.

14. Empréstimos e financiamentos, e instrumentos financeiros derivativos

14.1. Empréstimos e financiamentos ("dívida")

As dívidas da Companhia e sua Controlada são compostas por recursos captados, principalmente, por meio de empréstimos bancários (CCB) e mercado de capitais (debêntures), denominadas em Real brasileiro ("R\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo Valor Justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos.

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2024, a composição dos títulos de dívida da Companhia e sua Controlada está apresentada como segue:

	Taxa de juros efetiva (a.a.)	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
1ª Emissão Debêntures ODTR11 (a)	IPCA + 6,70%	-	-	376.734	358.915
	IPCA + 5,0% / IPCA + 5,2%				
2ª Emissão Debêntures CBAN (a)	/ CDI + 2,0%	-	-	2.969.610	2.948.265
1ª Emissão Debêntures RODB11 (b)	DI+4,25%	878.903	879.403	878.903	879.403
(-) Custos de captação		(9.425)	(11.627)	(271.817)	(332.007)
		869.478	867.776	3.953.430	3.854.576
Nota Comercial e CCB (c)	CDI+1,60%	-	-	51.063	51.096
		869.478	867.776	4.004.493	3.905.672
Passivo circulante		38.706	17.662	802.666	349.108
Passivo não circulante		830.772	850.114	3.201.827	3.556.564

O montante das operações das Debêntures de longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Consolidado					
	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2023		
	Dívida Bruta	Custo de Transação	Dívida Líquida	Dívida Bruta	Custo de Transação	Dívida Líquida
2026	391.930	(59.407)	332.523	575.300	(65.477)	509.824
2027	374.594	(50.174)	324.421	318.942	(58.298)	260.644
2028	391.928	(42.782)	349.145	353.013	(49.563)	303.450
2029	412.415	(36.464)	375.951	343.249	(41.465)	301.784
2030 em diante	1.889.189	(58.630)	1.830.560	2.274.091	(93.229)	2.180.862
Total	3.460.056	(247.457)	3.212.599	3.864.594	(308.031)	3.556.564

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos títulos de dívida da Companhia e sua Controlada está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	867.776	735.676	3.905.672	3.625.701
Aquisição de novos negócios	-	-	-	-
Efeito no fluxo de caixa:				
Captações	-	-	-	-
Pagamento principal de debêntures	-	-	(126.199)	(12.826)
Amortização de principal	-	-	-	-
Custo de captação	-	(3.100)	-	(3.100)
Nota comercial	-	-	50.000	-
Pagamento de encargo de dívida	(130.131)	-	(366.436)	(251.161)
Encargos incorridos (Efeito não caixa):				
Constituição do custo de transação	-	-	-	(290)
Juros e variação monetária (i)	129.631	132.840	481.266	4.88.074
Amortização dos custos de captação (i)	2.202	2.360	60.190	59.274
Saldo final	869.478	867.776	4.004.493	3.905.672
Circulante	27.934	17.662	791.894	349.108
Não circulante	841.544	850.114	3.212.599	3.556.564

(i) A taxa média de capitalização utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos elegíveis à capitalização do exercício foi de 16,92%. A reconciliação entre a capitalização dos custos de empréstimos com as despesas financeiras está demonstrada na Nota Explicativa nº 14;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Debêntures - Concessionária Rota das Bandeiras

Em 27 de maio de 2019, mediante o terceiro aditamento da escritura das Debêntures simples ODTR11, consignou a Controlada todos os direitos conferidos e todas as obrigações, principais e acessórias assumidas pela Odebrecht TransPort S.A. ("OTP"), no âmbito da emissão, de modo que, a partir da data de assinatura, a Controlada, passou a figurar na qualidade de emissora das Debêntures ODTR11. Em contrapartida a dívida que era oriunda do Contrato de Mútuo subordinado com a OTP foi integralmente quitado.

Em 15 de novembro de 2019, a Controlada realizou a sua segunda emissão de Debêntures simples, através de oferta pública, conforme Instrução CVM 400, de 2003. Foram distribuídas 2.167.482 (dois milhões, cento e sessenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e duas) debêntures, sendo 859.479 (oitocentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e setenta e nove) debêntures da Primeira Série, 700.000 (setecentos mil) debêntures da Segunda Série, 240.771 (duzentos e quarenta mil, setecentos e setenta e uma) debêntures da Terceira Série, 199.750 (cento e noventa e nove mil, setecentos e cinquenta) debêntures da Quinta Série e 167.482 (cento e sessenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e duas) debêntures da Sétima Série, nominativas e escritural, da espécie com garantia real, não conversíveis em ações e com o valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais), com vencimento final em 15 de julho de 2027 para as Debêntures de Segunda Série, e 15 de julho de 2034 para as demais Séries.

A composição da operação da escrituração das debêntures em aberto no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, está apresentada da seguinte forma:

Liberação	Série	Valor da emissão	Vencimento	Encargos (% a.a.)	31/12/2024	31/12/2023
Novembro-13	ODTR 1ª série	300.000	outubro-25	IPCA + 6,70%	376.734	358.914
Dezembro-19	CBAN 1ª série	859.479	até julho-34	IPCA + 5,0%	1.301.841	1.242.742
Dezembro-19	CBAN 2ª série	700.000	até julho-27	CDI + 2,0%	742.339	822.133
Dezembro-19	CBAN 3ª série	240.771	até julho-34	IPCA + 5,2%	366.473	349.826
Dezembro-19	CBAN 5ª série	199.750	até julho-34	IPCA + 5,2%	304.036	290.225
Dezembro-19	CBAN 7ª série	167.482	até julho-34	IPCA + 5,2%	254.921	243.341
					<u>3.346.344</u>	<u>3.307.181</u>

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor nominal unitário atualizado das Debêntures CBAN da 2ª emissão é amortizado semestralmente, juntamente com a remuneração, com início em 15 de julho de 2022 e o pagamento dos juros da ODTR11 é realizado em parcelas anuais e consecutivas, sendo que a liquidação do valor principal, devidamente atualizado, será realizada em uma única parcela em 10 de outubro de 2025, conforme apresentado a seguir:

Datas de amortização da 1ª, 3ª, 5ª e 7ª séries CBAN	(i)	Datas de amortização da 2ª série CBAN	(ii)	Datas de amortização da 1ª série ODTR11	(iii)
Jul/22	0,25%	Jul/22	1,00%	Outubro de 2025	100,00%
Jan/23	0,13%	jan/23	0,50%	-	-
Jul/23	0,13%	jul/23	0,50%	-	-
Jan/24	0,13%	jan/24	4,50%	-	-
Jul/24	0,13%	jul/24	4,50%	-	-
Jan/25	0,13%	jan/25	13,50%	-	-
Jul/25	0,13%	jul/25	13,50%	-	-
Jan/26	0,25%	jan/26	14,00%	-	-
Jul/26	0,25%	jul/26	14,00%	-	-
Jan/27	0,25%	jan/27	17,00%	-	-
Jul/27	0,25%	jul/27	17,00%	-	-
Jan/28	6,00%	-	-	-	-
Jul/28	6,00%	-	-	-	-
Jan/29	6,50%	-	-	-	-
Jul/29	6,50%	-	-	-	-
Jan/30	6,75%	-	-	-	-
Jul/30	6,75%	-	-	-	-
Jan/31	6,75%	-	-	-	-
Jul/31	6,75%	-	-	-	-
Jan/32	6,75%	-	-	-	-
Jul/32	6,75%	-	-	-	-
Jan/33	7,00%	-	-	-	-
Jul/33	7,00%	-	-	-	-
Jan/34	9,25%	-	-	-	-
Jul/34	9,25%	-	-	-	-

- (i) Percentual do valor nominal unitário das Debêntures da 1ª, 3ª, 5ª e 7ª séries a ser amortizado;
(ii) Percentual do valor nominal unitário das Debêntures da 2ª série a ser amortizado;
(iii) Percentual do valor nominal unitário das Debêntures ODTR11 da 1ª série a ser amortizado.

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Debêntures - Rodovias do Brasil

Em 18 de maio de 2021, a Companhia realizou a sua primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, as quais foram objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, conforme instrução CVM 476 de 2009. Foram emitidas 600.000 (seiscentas mil) debêntures em série única e o valor total da emissão foi de R\$ 600.000, o vencimento das debêntures ocorrerá em 10 de maio de 2030.

Conforme contrato de *swap* com o banco BTG Pactual S.A. foi firmado a troca dos parâmetros de atualização da debênture RODB11 de Di + 4,25% a.a. para IPCA + 8,00%a.a.

<u>Liberação</u>	<u>Série</u>	<u>Valor da emissão</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos (% a.a.)</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
mai-21	RODB11 1ª série	600.000	maio-30	CDI + 4,25%	878.903	867.776
					<u>878.903</u>	<u>867.776</u>

(c) Nota Comercial e Cédula de crédito bancário (CCB)

Em 28 de outubro de 2024, a Controlada realizou a 1ª emissão de Nota Comercial Escritural, em série única, em favor do Banco ABC Brasil S.A., no valor principal de R\$ 50.000 (cinquenta milhões de reais), com vigência e liquidação em 28 de outubro de 2025 (bullet) à taxa de juros equivalente ao CDI e mais 1,60% a.a., calculados de forma exponencial pro rata temporis (capitalizados) com base em um ano de 252 dias úteis. Não há constituição de garantias.

Nesta mesma data, a Controlada realizou o pagamento da 6ª emissão da CCB, em favor do Banco Santander do Brasil S.A., no montante total de R\$ 56.364, sendo R\$ 50.000 de principal e R\$ 6.364 de juros.

(d) Garantias vigentes

As garantias constituídas pela Controlada são:

- (i) Cessão fiduciária dos direitos creditórios e dos direitos emergentes da concessão; e

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (ii) Penhor das ações da Controlada. Os beneficiários de tais garantias são os debenturistas da ODTR11 em 1º grau e da CBAN (2ª emissão) em 1º grau sob condição suspensiva.

As garantias constituídas pela Controladora são:

- (i) Alienação fiduciária em garantia da totalidade das ações de emissão da Emissora, de titularidade dos acionistas ("Ações"); e
 - (ii) Cessão fiduciária em garantia de ("Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios" e em conjunto com a alienação Fiduciária de Ações "Garantias Reais"). Os beneficiários de tais garantias são os debenturistas da RODB11 (1ª emissão).
- (e) Principais compromissos assumidos ("*covenants*")

Todas as cláusulas restritivas foram cumpridas em 31 de dezembro de 2024.

- Para a controlada: As cláusulas restritivas foram cumpridas em 31 de dezembro de 2024. Para as Debêntures CBAN da 2ª emissão, foram apurados no período, 1,78x e 2,68x referente ao ICSD e Dívida Líquida/EBITDA, respectivamente. Os limites contratuais desses índices financeiros para o período são:
 - ✓ ICSD: maior ou igual a 1,20 (um inteiro e dois décimos);
 - ✓ Dívida Líquida/EBITDA: inferior ou igual a 3,0 (três inteiros).
- Para a Controladora: As cláusulas restritivas foram cumpridas em 31 de dezembro de 2024. Para as Debêntures RODB da 1ª emissão, foram apurados no período, 1,58x e 3,51x referente ao ICSD e Dívida Líquida/EBITDA, respectivamente. Os limites contratuais desses índices financeiros para o período são:
 - ✓ ICSD: maior ou igual a 1,30 (um inteiro e três décimos);
 - ✓ Dívida Líquida/EBITDA: inferior ou igual a 4,50 (quatro inteiros e cinco décimos).

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14.2. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas de juros e inflação. Como parte da estratégia de proteção a Companhia contratou swap com o objetivo de proteção econômica e financeira para as debêntures emitidas pela Controladora. Este *swap* troca integralmente a exposição dos fluxos de caixa da debênture, sendo assim, a Companhia recebe a taxa DI + 4,25% a.a. e paga à contraparte (BTG Pactual) a taxa IPCA + 8,00% a.a. Essa operação não foi designada como *hedge accounting*. Em 31 de dezembro de 2024, a marcação na curva do *swap* era negativo de R\$ 31.361.

15. Arrendamento mercantil

O cálculo do valor presente foi realizado considerando a taxa de juros anual obtida utilizando como critério a taxa média do custo captação das dívidas, com base na projeção de mercado do IPCA e CDI, correspondendo a taxa de 10,60% a.a.

	Consolidado			
	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	323	12.327	3.226	15.876
Adições	877	53.797	113	54.787
Rescisão de contratos	68	1.275	548	1.891
Baixas	(268)	(20.019)	(2.965)	(23.252)
Apropriação de juros	75	3.480	235	3.790
Desmobilização	384	-	-	384
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>1.458</u>	<u>50.860</u>	<u>1.158</u>	<u>53.476</u>
Circulante	580	20.206	460	21.246
Não circulante	879	30.654	697	32.230

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Provisão para demandas judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais

16.1 Provisão para demandas e passivos contingentes

A Controlada é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Controlada, amparadas pela opinião de consultores legais.

As provisões para demandas judiciais estão apresentadas a seguir:

					Consolidado
	Trabalhistas e previdenciárias	Cíveis	Tributárias	Regulatórios	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.415	12.962	286	14.556	30.219
Constituição	2.232	8.327	21	3.580	14.160
Reversão (i)	(2.400)	(6.379)	-	(2.215)	(10.994)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>2.247</u>	<u>14.910</u>	<u>307</u>	<u>15.921</u>	<u>33.385</u>

Processos cíveis

De forma abrangente, os principais processos judiciais de natureza cível envolvem ações indenizatórias de discussões sobre acidentes ocorridos nos trechos sob administração da concessionária, ações civis públicas de aplicações de multas, além de cobrança de honorários advocatícios contratuais.

Processos regulatórios

Nesta natureza, os principais processos tratam de discussões sobre reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, além de ações anulatórias de sanções administrativas.

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os montantes apresentados no quadro acima referem-se às causas com perda provável, baseado na expectativa dos assessores jurídicos da Companhia.

A Controlada também possui ações de naturezas cível, trabalhista e tributária, envolvendo riscos de perda que foram classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas adotadas no Brasil e as IFRS não determinam a sua contabilização:

	31/12/2024	31/12/2023
Contingências trabalhistas e previdenciárias	11.988	7.144
Reclamações cíveis	46.835	30.301
Contingências regulatórias	11.638	6.988
Contingências tributárias	67.511	65.865
Total	137.972	110.298

Os principais processos judiciais não provisionados referem-se a:

Processos cíveis

Processos judiciais de ações indenizatórias por acidentes fatais ou ainda choque contra objetos ou animais na pista, ação declaratória de restituição de garantias (caução ou retenção de nota fiscal) e discussão sobre faixa de domínio (usucapião/retificação de área).

Principal processo tributário

A Controlada foi autuada pela Receita Federal do Brasil (RFB), em 07 de dezembro de 2018 e em 20 de junho de 2020, decorrente da glosa da amortização do ágio oriundo da incorporação reversa de parte do acervo cindido do seu antigo acionista controlador Odebrecht TransPort Participações S.A. ("OTPP"), que foi excluído da base de cálculo do IRPJ e CSLL, relacionado aos exercícios de 2013 a 2017. A Controlada protocolou impugnação aos autos de infração e os processos encontram-se suspensos em julgamento.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A administração reforça que segue com o acompanhamento de seus assessores jurídicos internos e externos, monitorando possíveis impactos da decisão do STF que pode anular "trânsito em julgado", reforçando que até o presente momento não existem impactos à Controlada.

A Controlada apresenta depósitos judiciais, relacionado ao processo do ágio entre outros processos, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 16.2.

16.2. Depósitos judiciais

	Consolidado				
	Trabalhistas	Cíveis	Tributários (i)	Regulatórios	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	722	3.711	97.410	754	102.597
Adições	202	173	445	-	820
Baixas	(208)	-	-	-	(208)
Atualização monetária	40	182	7.540	36	7.798
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>756</u>	<u>4.066</u>	<u>105.395</u>	<u>790</u>	<u>111.007</u>

- (i) Em 03 de agosto de 2018, a Controlada entrou com pedido de tutela provisória de urgência de natureza cautelar, conforme Processo nº 5019449-37.2018.4.03.6100, com a finalidade de que seja declarado o direito de excluir do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a dedução decorrente da amortização do ágio oriundo da incorporação de parte do acervo cindido do seu antigo Acionista Odebrecht TransPort Participações S.A., ocorrida em 21 de dezembro de 2012, relativo às apropriações dos anos-calendário de 2014 e subsequentes. Em 14 de agosto de 2018, foi proferida a decisão em caráter liminar indeferindo a tutela de urgência pleiteada na ação, mas ficando autorizado o depósito judicial, o qual foi efetuado no dia 15 de agosto de 2018, no valor total de R\$ 37.369 (trinta e sete milhões, trezentos e sessenta e nove mil), como forma de suspender à exigibilidade dos tributos referidos. A Controlada mantém a regularidade da realização dos depósitos judiciais relacionados ao processo do Ágio, em consonância com a sua apuração do IRPJ e da CSLL corrente. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve atualização para esse processo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Processos regulatórios

A Controlada está envolvida em ações judiciais no âmbito regulatório, que se referem, principalmente, a pleitos junto ao órgão regulador (ARTESP), visando garantir o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

Com base na avaliação dos assessores jurídicos, essas ações são classificadas como possíveis. Entretanto, caso haja uma decisão desfavorável, a Companhia poderá incorrer em custos relacionados aos honorários sucumbenciais, para os quais existem incertezas relacionadas à mensuração.

A administração da Companhia monitora constantemente a evolução desses processos e adota as medidas cabíveis com o intuito de mitigar eventuais impactos financeiros.

17. Provisão de conserva especial

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldos no início do exercício	11.205	7.224
Constituição conserva especial, líquida de AVP	59.391	79.044
Baixa de conserva especial	(42.973)	(75.063)
Saldos final do exercício	<u>27.623</u>	<u>11.205</u>

Em 31 de dezembro de 2024, a Controlada apresenta o saldo de R\$ 27.623 e em 31 de dezembro de 2023, o saldo de R\$ 11.205, referente à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura. A provisão é constituída considerando a melhor estimativa sobre os investimentos previstos no contrato de concessão para o período de cinco anos, descontados ao valor presente, a uma taxa média de 10,60% a.a., com base na projeção de mercado do IPCA e CDI.

A Controlada reconhece também uma provisão para recuperar a infraestrutura em condição normal de operação antes de devolvê-la ao poder concedente. A provisão é constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para os dois últimos anos do período de concessão e apropriados pelo prazo final da respectiva concessão.

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 26 de fevereiro de 2021, a Companhia fora constituída sob o Capital Social de R\$ 1, mediante a emissão de 1.000 (um mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com o preço de emissão em aproximadamente R\$ 1,00 (um Real) por ação.

Em 11 de maio de 2021, a Companhia deliberou o aumento de capital social em R\$ 925.069, mediante a emissão de 925.069.207 (novecentos e vinte e cinco milhões, sessenta e nove mil, duzentos e sete) novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com o preço de emissão em aproximadamente R\$ 1,00 (um Real) por ação.

Em 14 de junho de 2021, a Companhia aumentou o Capital Social em R\$ 2.000 e passou a ser de R\$ 927.070 representado por 927.070.207 (novecentos e vinte e sete milhões, setenta mil, duzentos e sete) ações ordinárias, com preço de emissão de aproximadamente R\$ 1,00 (um Real) por ação.

Em 10 de fevereiro de 2022, a Companhia aumentou o capital social em R\$ 500 e passou a ser de R\$ 927.570 representado por 927.570.207 (novecentos e vinte e sete milhões, quinhentos e setenta mil, duzentos e sete) ações ordinárias, com preço de emissão de aproximadamente R\$ 1,00 (um Real) por ação.

Em 22 de julho de 2022, a Companhia aumentou o capital social em R\$ 700 e passou a ser de R\$ 928.270 representado por 928.270.207 (novecentos e vinte e sete milhões, duzentos e setenta mil, duzentos e sete) ações ordinárias, com preço de emissão de aproximadamente R\$ 1,00 (um Real) por ação:

Acionista	Nº ações	%	Total
RdB Participações F.I.P Multiestratégia	928.270.206	99,9	928.270.206
MIC Capital Management 25 RSC LTD	1	0,01	1
	<u>928.270.207</u>	<u>100</u>	<u>928.270.207</u>

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Lucro básico e diluído por ação

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada das ações ordinárias emitidas durante o exercício:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro (prejuízo) do exercício	146.322	81.225
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	928.270	928.270
Lucro (prejuízo) básico por lote de mil ações	0,16	0,09

A Companhia não possui dívida conversível em ações ou opções de compra de ações, desta forma, não apresenta ações ordinárias e preferências potenciais para fins de diluição.

c) Transação de capital

Trata-se do resultado da combinação de negócios sob controle comum, de acordo com o ICPC 09 (R2), reconhecido como ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido na linha de transação de capital no valor total de R\$ 763.852.

d) Distribuição de lucros e JSCP

A Companhia distribuirá, como dividendo obrigatório em cada período, o percentual mínimo previsto em seu estatuto social que é de 20%.

A Companhia poderá distribuir juros sobre capital próprio de acordo com a base acionária e nos termos da legislação vigente.

e) Reserva legal

A Companhia pós compensação dos prejuízos constituiu sua reserva legal nos termos da lei societária.

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

f) Reserva de lucros

A Companhia pós constituição de reserva legal, permaneceu com resultados positivos que estão a disposição da assembleia para destinação futura.

19. Receita líquida

	31/12/2024	31/12/2023
	Consolidado	Consolidado
Receitas de pedágios:		
Automatic Vehicle Identification ("AVI") (ii)	987.184	828.806
Numerários	91.663	117.421
Receitas de vale pedágio (iii)	33.834	39.076
Receitas acessórias	21.264	19.945
Receita com cartão de crédito e débito	74.349	43.631
Receita de construção (i)	229.572	300.914
	1.437.866	1.349.793
Tributos sobre serviços de operação	(101.301)	(87.561)
Total	1.336.565	1.262.232

- (i) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Controlada reconheceu R\$ 229.572 e R\$ 300.914, respectivamente, como receita de obras de infraestrutura, nos termos da interpretação técnica ICPC 01(R1) - Contratos de concessão. Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Controlada utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais 1% de margem, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro;
- (ii) Transações oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento - AVI são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas mensalmente para os usuários via empresa especializada;
- (iii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas (VISA e DBTRANS).

A cobrança de pedágio é a principal fonte de recursos para realização de obras de manutenção, conservação e modernização da malha viária concedida.

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Custo dos serviços, despesas gerais e administrativas

a) Custos dos serviços

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Depreciação e amortização	(205.191)	(166.502)
Salários e encargos	(43.126)	(43.275)
Gastos gerais	(2.456)	(1.774)
Manutenção de Softwares	(3.646)	(3.470)
Energia Elétrica	(2.274)	(2.062)
Perda de Arrecadação	(6.234)	(51)
Serviços de terceiros	(21.534)	(17.890)
Seguros	(4.860)	(3.881)
Outorga variável	(18.247)	(15.756)
Provisão para conserva especial	(51.730)	(59.925)
Materiais	(14.009)	(12.479)
	<u>(373.307)</u>	<u>(327.065)</u>
Custo de construção ICPC 01 - R1	<u>(227.276)</u>	<u>(297.905)</u>
Total	<u><u>(600.583)</u></u>	<u><u>(624.970)</u></u>

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Salários e encargos	(396)	(378)	(15.819)	(13.578)
Serviços de terceiros	(809)	(909)	(7.964)	(4.376)
Depreciação e amortização	-	-	(1.624)	(1.603)
Materiais e equipamentos	-	-	(394)	(436)
Despesa com veículos	-	-	(216)	(199)
Taxas de meios de pagamentos eletrônicos	(19)	(27)	(894)	(904)
Provisão para demandas judiciais	-	-	(3.166)	(1.836)
Indenizações Cíveis	-	-	(3.214)	(2.031)
Manutenção de Softwares	-	-	(632)	(266)
Gastos gerais	(35)	(96)	(4.512)	(3.244)
	<u>(1.259)</u>	<u>(1.410)</u>	<u>(38.435)</u>	<u>(28.473)</u>

21. Resultado financeiro líquido

	31/12/2024 Controladora	31/12/2023 Controladora	31/12/2024 Consolidado	a 31/12/2023 Consolidado
Receitas financeiras				
Receita de aplicações financeiras	9.690	3.522	64.917	58.016
Instrumentos financeiros derivativos R	17.909	33.590	17.909	33.590
Tributos sobre receitas financeiras	(11.849)	(4.893)	(11.849)	(4.893)
Outras receitas financeiras	795	242	11.383	12.227
	<u>16.545</u>	<u>32.461</u>	<u>82.360</u>	<u>98.940</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre debêntures	(129.631)	(132.840)	(354.950)	(373.034)
Instrumentos financeiros derivativos D	(504)	-	(504)	-
Juros sobre empréstimos	-	-	(6.331)	(7.763)
Custos de transação de dívidas	(2.202)	(2.360)	(60.190)	(59.274)
(-) Capitalização de encargos financeiros de dívidas	-	-	43.715	57.029
Correção monetária sobre debêntures	-	-	(119.985)	(107.279)
Arrendamento mercantil operacional	-	-	(3.795)	(2.838)
Ajuste a valor presente	-	-	(7.661)	(19.119)
Outras	(471)	(103)	(5.834)	(6.373)
	<u>(132.808)</u>	<u>(135.303)</u>	<u>(515.535)</u>	<u>(518.651)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(116.263)</u>	<u>(102.842)</u>	<u>(433.175)</u>	<u>(419.711)</u>

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos (Consolidado)

Reconciliação da despesa de Imposto de Renda e da Contribuição Social

Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social demonstrados no resultado da Controlada apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes dos impostos	398.718	294.805
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) às alíquotas nominais (34%)	(132.504)	(100.234)
Adições/Exclusões permanentes, líquidas	53.191	23.637
Efeito IR e CSLL no resultado	(79.313)	(76.597)
IR e CSLL corrente	(53.007)	(43.219)
IR e CSLL diferido	(26.306)	(33.378)
Total de IR e CSLL correntes e diferidos	<u>(79.313)</u>	<u>(76.597)</u>

23. Demonstração dos fluxos de caixa

A seguir demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa cujos ajustes foram efetuados na demonstração do fluxo de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Segue as principais transações não caixa ocorridas no exercício:

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
	<u>Controladora</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Consolidado</u>
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais				
Fornecedores	-	-	(146.234)	30.844
	-	-	(146.234)	30.844
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento				
Adições de ativo imobilizado	-	-	(4)	720
Adições de ativo intangível	-	-	146.372	(30.237)
Adições de direito de uso de arrendamento, líquido das baixas	-	-	(54.787)	(6.697)
	-	-	91.581	(36.214)
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento				
Adições de direito de uso de arrendamento, líquido das baixas	-	-	54.645	5.369
	-	-	54.645	5.369

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Partes relacionadas

As transações que influenciaram o resultado e os investimentos nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2024 e 2023, relativos às operações com partes relacionadas, estão apresentados a seguir:

	Serviços prestados
CNO S.A ("CNO") (i)	<u>36</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>36</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>34</u>

(i) CNO S.A.

O montante de R\$ 36, refere-se ao rateio de despesas de serviços compartilhados (apoio de tecnologia da informação, para acesso a consulta de dados históricos).

25. Honorários da administração

A remuneração paga aos Administradores Estatutários da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os montantes de R\$ 396 e R\$ 378, respectivamente:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Remunerações	330	315	3.035	2.837
Encargos	66	63	607	602
Benefícios (i)	-	-	166	124
	<u>396</u>	<u>378</u>	<u>3.808</u>	<u>3.558</u>

(i) Os benefícios concedidos contemplam assistência médica, previdência privada, seguro de vida e vale alimentação/refeição.

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Seguros

A Controlada mantém coberturas de seguros compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas que são julgadas suficientes pela Administração da Controlada para salvaguardar os ativos de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros de acordo com os corretores de seguros contratados pela Controlada estão demonstradas a seguir:

Ramo	Seguradora	Vigência		Limite Máximo de Responsabilidade
		De	Até	
Equipamentos Móveis	Tokio Marine Seguradora S.A.	30/04/2024	30/04/2025	31
Execução Fiscal	Fator Seguradora S.A.	07/07/2020	21/05/2029	-
Garantia de Concessões Públicas	Fator Seguradora S.A.	21/05/2024	21/05/2029	282.122
Responsabilidade Civil	Tokio Marine Seguradora S.A.	29/12/2023	29/12/2025	118.584
Responsabilidade Civil	Swiss Re Corp. Sol. Bra Seguros S.A.	01/07/2024	29/12/2025	4.656
Risco de Engenharia	XI Seguros Brasil S.A.	15/03/2019	15/03/2025	114.564
Risco de Engenharia	Hdi Gerling Seguros Industriais S.A.	15/03/2020	15/03/2025	127.203
Risco de Engenharia	Axa Seguros S.A.	15/03/2021	15/03/2025	59.189
Risco de Engenharia	Fairf Ax Brasil Seguros Corporativos S.A.	15/03/2023	30/12/2025	256.443
Risco operacional	Chubb Seguros Brasil S.A.	29/06/2024	29/06/2025	360.000
Seguro de Riscos Administrativos - D&O	Axa Seguros S.A.	01/06/2024	01/12/2025	40.000
Seguro de Veículo *	Tokio Marine Seguradora S.A.	30/09/2024	30/09/2025	-
Seguro Garantia Judicial	Fairf Ax Brasil Seguros Corporativos S.A.	11/05/2020	08/08/2028	9.502
Seguro Garantia Judicial	Fator Seguradora S.A.	01/10/2021	07/02/2029	17.549

* LMI referente RCF (Responsabilidade Civil Facultativa) indenizável por veículo segurado

* 100% Tabela FIPE

27. Eventos subsequentes

Debêntures Controlada

Em 15 de janeiro de 2025, a Controlada liquidou parcelas da segunda emissão das Debêntures CBAN no montante de R\$ 210.062, sendo R\$ 108.703 de principal e R\$ 101.359 de remunerações.

Juros sobre o capital próprio

Em 21 de janeiro de 2025, a Companhia recebeu da Controlada o pagamento parcial dos juros sobre o capital próprio, no valor de R\$ 3.400, em conformidade com a proposta de distribuição aprovada em AGE realizada em 20 de dezembro de 2024.

RODOVIAS DO BRASIL HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ratings

Em 29 de janeiro de 2025, a agência de classificação de risco Moody's Local elevou o rating da 1ª Emissão de Debêntures da Companhia para "AA+.br", de "AA.br", com perspectiva estável.
